



Comissão Nacional de Política Indigenista
11ª Reunião Ordinária
Dias 9 e 10 de dezembro de 2009

Síntese

11ª Reunião Ordinária da CNPI

A 11ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Política Indigenista, realizada no Salão Negro do Ministério da Justiça, nos dias 9 e 10 de dezembro de 2009, teve como pauta os seguintes assuntos:

Dia 09 de dezembro – manhã

- Infanticídio
- Pré-conferência Setorial da Cultura Indígena

Dia 09 de dezembro - tarde

- Reestruturação da Funai
- Informe sobre as consultas regionais da PNGATI - Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas

Dia 10 de dezembro - manhã

- Informe da Subcomissão de Saúde
- Informe da Subcomissão de Empreendimentos com Impactos em Terras Indígenas - matriz de acompanhamento das ações de Belo Monte
- Informe da Subcomissão de Justiça, Segurança e Cidadania sobre visita a ser feita aos Cinta Larga

Dia 10 de dezembro - tarde

- Planejamento 2010
 - * Reunião com indígenas Kayapó e Xavante (Subcomissão de Assuntos Legislativos)
 - * Reunião Cinta Larga (Subcomissão de Justiça, Segurança e Cidadania e Subcomissão de Etnodesenvolvimento)
 - * Realização de Seminários Regionais pela Subcomissão de Acompanhamento de Empreendimentos com Impactos em Terras Indígenas
 - * Previsão de data para realização de 05 reuniões ordinárias ao longo do ano de 2010
 - * Realização de reunião extraordinária da CNPI em Roraima, no mês de abril, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol.



Comissão Nacional de Política Indigenista
11ª Reunião Ordinária
Dias 9 e 10 de dezembro de 2009

Manhã do dia 9 de dezembro

Informes iniciais

O presidente iniciou a reunião passando a palavra ao Coronel Marinho, que se despedia da CNPI tendo em vista sua mudança para Manaus, onde vai assumir a direção do Colégio Militar. O Coronel agradeceu pela experiência obtida ao longo de sua participação na Comissão, ressaltando que no decorrer de sua participação aprendeu muito sobre a sociedade brasileira, o que contribuiu para sua formação como profissional e como ser humano, e fica muito feliz por ter feito parte de uma equipe que com certeza ficará marcada na história do nosso país. O Coronel apresentou o seu substituto, o Coronel Antonio Fernando Cecchi e, despedindo-se, informou que vai assumir uma função difícil na nova posição que estava prestes a assumir, colocando-se à disposição em Manaus a partir de 5 de fevereiro para aqueles que viessem a visitar esta cidade.

Ao final das palavras do Coronel Marinho, vários membros da CNPI fizeram uso da palavra para expressar seu agradecimento pelas contribuições do Coronel ao longo de sua participação na Comissão, ressaltando em especial sua tranqüilidade, segurança, o respeito que tem pelos povos indígenas, características que se refletiram em tudo o que fez e ensinou durante os trabalhos da CNPI. Foi destacada a sua participação em todo o processo de discussão do Estatuto dos Povos Indígenas, no qual atuou ativamente neste que foi um processo de diálogo, de abertura, de diálogo franco.

Ainda no início da reunião, o representante do Ministério da Saúde, Edgard Magalhães, explicou que também estará deixando a CNPI, tendo em vista o fato de que está se mudando de Brasília, destacando que participa da Comissão desde o seu início e que este foi um período muito importante e gratificante em sua vida. Vários indígenas se manifestaram, também no sentido de expressar a importância das contribuições dadas pelo representante do Ministério da Saúde, destacando que apesar das discordâncias ao se discutir a questão da saúde não é algo pessoal, que houve embates, percalços, mas chegaram a consensos, enfim, agradecendo por tudo o que Edgard fez, tendo ajudado muito na construção da CNPI, sendo que agora vão continuar a lutar para melhorar a saúde indígena em vista do projeto que está no Congresso Nacional.



Comissão Nacional de Política Indigenista
11ª Reunião Ordinária
Dias 9 e 10 de dezembro de 2009

Dando prosseguimento à reunião, o presidente Márcio Meira informou sobre a presença na CNPI da grande liderança da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, o cacique Jacir, que no dia anterior recebeu o prêmio Chico Mendes do Ministério do Meio Ambiente e gostaria de fazer algumas palavras na Comissão. O cacique Jacir agradeceu a todos pela oportunidade, informando que pela primeira vez está participando de uma reunião da CNPI, que foi uma surpresa o convite, e gostaria de colocar o seguinte: como foi dito, ontem receberam um prêmio pela luta por Raposa Serra do Sol, e que já foi em outros estados, ajudando os parentes na questão da terra. Nesse momento, gostaria de dizer que estão tentando fazer uma festa em agradecimento à luta e convidando as autoridades, sabendo que a luta continua, e gostaria de convidar a todos, em nome dos indígenas de Roraima. Nesse sentido, nesta oportunidade faz pessoalmente o convite para que em 2010, entre os dias 15 e 19 de abril, participem da festa de agradecimento que vão oferecer. Convidando a todos para que participem, informou que, caso decidam ir devem confirmar a ida, programar e dar confirmação de sua participação. Destacando, finalmente, que a luta não foi fácil, mas que vai servir de exemplo para outros parentes que também estão lutando por sua terra.

O presidente informou que vai participar sim, que assumiu o compromisso de que ficará por 7 dias na região, sendo que a proposta é de que a CNPI faça uma reunião extraordinária em Raposa Serra do Sol, de forma a que todos os membros da Comissão estejam presentes, não só para prestigiar e participar dessa conquista importante, mas para que possam realizar uma reunião dentro da terra Raposa Serra do Sol. O presidente frisou que essa proposta ainda vai ser discutida, mas que gostaria que o cacique soubesse que a Comissão está prestigiando esse evento, ao que o cacique agradeceu pela resposta.

O cacique Jaci disse que gostaria ainda de obter apoio para que representantes de organizações indígenas estejam também presentes nesse evento, e para tanto espera obter apoio na questão das passagens, afirmando que, se buscaram ajuda quando estavam angustiados, lutando pela demarcação, agora querem buscar apoio para que possam participar dessa festa de agradecimento, sendo que muitas pessoas que nem conheciam a região ajudaram na luta pela sua demarcação.

Concluindo essa discussão, foi informado que já foi iniciado diálogo para ver como vão disponibilizar a ajuda que for necessária e possível para que o evento tenha a maior participação possível, a vontade é que tenham a melhor participação que estiver ao alcance da Funai.

Em continuidade à reunião, o presidente informou que também se encontravam presentes, como convidados, os indígenas Riparidi Xavante e Isaías Xavante, além de dois representantes da Fundação Perseu Abrão, vinculada ao Partido dos Trabalhadores, que solicitou



Comissão Nacional de Política Indigenista
11ª Reunião Ordinária
Dias 9 e 10 de dezembro de 2009

participação na reunião em vista de que em 2010 estarão realizando enquete pública sobre a questão indígena, como já foi feito sobre o tema juventude, mulheres e outros.

Foi dado informe sobre a ausência de Pierlângela Wapichana, que não está presente em razão de problemas relacionados à aquisição de sua passagem; de Weibe Tapeba, que está participando de reunião sobre Educação; e de Gersem Baniwa, envolvido com a sistematização dos documentos da Conferência de Educação.

Início da discussão da pauta

Debate sobre o infanticídio

Com a palavra, Saulo Feitosa informou que a discussão foi iniciada na Subcomissão de Gênero, Infância e Juventude e não estava tendo a devida atenção pela subcomissão de Assuntos Legislativos, e agora, com a iniciativa da subcomissão, espera que se chegue a um posicionamento adequado por parte da CNPI.

Informou que o projeto de lei n. 1.057 de 2007 trata sobre o assunto e pelo que levantaram se encontrava tramitando e foi devolvido pela relatora, o que se deveu a movimentação por parte de membros da CNPI e da ABA, e agora têm a oportunidade de se manifestar. O argumento que usaram para justificar a solicitação de retirada de pauta foi a apresentação do texto do Estatuto, argumentando que já há artigos específicos tratando sobre a proteção dos direitos da criança e do jovem indígena e não haveria necessidade de um projeto de lei que tratasse de um assunto já abordado no Estatuto. Mas o projeto pode voltar, até porque a relatora não se posicionou contrariamente, apenas pela suspensão da tramitação.

O presidente afirmou que os ataques são muito focados nos povos indígenas e também na Funai, e detectaram que esses ataques são ligados a setores conservadores que têm contrariedade contra os processos de demarcação das terras indígenas e como não têm como atacar nesse caminho estão usando essas estratégias de ataque contra o órgão indigenista.

Com a palavra, a **Professora Rita Segatto** dirigiu-se à plenária com as seguintes palavras: “Agradeço muito esse convite para expor aqui um tema sobre o que eu venho trabalhando há um tempo desde 2007, e o intuito é colocar esse tema na CNPI e provocar uma discussão e tirar daqui uma opinião que seja autorizada por essa assembléia, aqui então estamos falando de algo que nem deveria ser falado, em primeiro lugar esse tema é uma pauta que o movimento indígena não



Comissão Nacional de Política Indigenista
11ª Reunião Ordinária
Dias 9 e 10 de dezembro de 2009

escolheu, não é uma escolha espontânea, mas é um tema que está sendo criado, é uma criação de um fato, eu acredito essa é minha posição, com um interesse claríssimo da intervenção, então arredou a imposição de um tema a gente é obrigada a reagir que a pior das situações possíveis, então tem um tema, que é colocado como um tema único, mas que de fato são dois temas, um é um tema da suposta pratica do infanticídio indígena de uma pratica existente ou não e o outro é um tema de uma lei sobre essa pratica, que não são o mesmo tema, é fundamental a gente pensar neles separadamente, inclusive porque se a gente chegasse à conclusão de alguns grupos indígenas e algumas situações muito excepcionais realizam essas pratica, a gente vai ter que pensar em ter uma lei do estado federal em ter conseqüências para essa pratica, ter um pacto que consiga proibir essa pratica, em todo o meu raciocínio vai dirigido a esses dois campos que não necessariamente a gente pensa que a lei causa e efeito, então você proíbe o homicídio na lei e ninguém mais mata, contudo quando a gente olha a lei com lupa a gente percebe que causalidade, essa relação de que a lei causa e as praticas são efeitos, a gente conclui que não existe essa causalidade, que a lei é uma coisa e a pratica é outra, por isso nós temos que separar com muita clareza sempre esses dois universos, o que a gente pensa sobre a pratica e o que uma legislação pode fazer sobre as praticas humanas, tanto dos índios quanto dos brancos, como de qualquer pessoa em qualquer nação. E a lei nós sabemos que ela é muito limitada com relação ao que ela consegue fazer com o que as pessoas fazem.

Preparei um tema rapidinho, um conjunto de temas que eu gostaria de lançar com o interesse principal que não é essa fala aqui, mas a discussão que possa suscitar aqui e que possamos registrar. Então a lei é basicamente nada mais do que um discurso sobre a sociedade, a nação diz algo sobre os povos que habitam no seu território, esse projeto de lei, que é 1057 de 2007, do deputado Henrique Afonso, do Acre, essa lei, se observarmos, ela está dizendo simplesmente que os índios são incapazes de criar seus filhos, incapazes de garantir que os seus filhos nasçam e cresçam. Diz que são cruéis com as crianças, inadequados para cuidar de sua própria prole. A lei, se a gente observar ela como um discurso, como uma narrativa, como um conto sobre a nação, como uma fala sobre a nação... A lei diz claramente, quando se lida distanciadamente, tenta se traduzir ao inglês, como ela já existe traduzida ao inglês e os povos lêem essa lei, concluem imediatamente que o Estado necessita intervir porque os índios são incapazes de tomar conta da sua própria prole e das suas próprias crianças. Isso já me parece ser uma injustiça.

Essa lei também afirma, como conto, como fala sobre a nação, que o Estado pode sozinho legislar sobre os povos indígenas, e isso é uma infração de dois compromissos importantíssimos que o Brasil fez como a Convenção 169 da OIT e com a Declaração dos Direitos



Comissão Nacional de Política Indigenista
11ª Reunião Ordinária
Dias 9 e 10 de dezembro de 2009

Humanos dos Povos Indígenas, que é o compromisso de consulta. Aqui surge então a próxima questão: o Estado está realmente consultando os indígenas? Realmente estão participando nas tomadas de decisões dos seus próprios destinos? A audiência pública, como nós conhecemos no Congresso Nacional, é um mecanismo de consulta autêntico? Pelo que eu vi justamente nessa discussão sobre infanticídio, porque ela, digamos, cria uma sensação de que as pessoas estão falando sobre o tema que está tentando se legislar, mas de fato fica por isso mesmo. Os indígenas não participam da votação, no Brasil não existem cotas de participação no legislativo para indígenas.

Ou seja, nós estamos na universidade, na qual essa é uma luta que eu participo desde os primeiros momentos, criando espaços para os não brancos, para que eles entrem na vida acadêmica do mesmo jeito deveria existir uma frente importante de criar cotas de participação real de consulta para os indígenas em todos os sistemas que têm a ver com a legislação sobre seus próprios destinos. Isso não só significaria que indígenas estão só falando, opiniões aleatórias de quem estão aqui um dia falou sobre um tema, e nesse caso até eu mesma, se não os legisladores que estivessem impactos nas legislações, que como essa realmente vai incidir na tentativa de intervenção claríssimas nas vidas íntimas das aldeias, e nos interesses dos índios.

Essa lei na verdade vai acompanhada por uma série de campanhas internacionais de arrecadações de fundos em países europeus, de propaganda para a própria organização que está por trás e influencia o projeto de lei e respalda com todo tipo de ações e presença permanente nessa tentativa de legislar para os indígenas, como é a organização missionária Jocum e [inaudível]. Elas têm programas de arrecadações de fundos, têm formas de exposição de imagens de crianças indígenas. Tem um vídeo que é apresentado no mundo inteiro, como um filme onde as crianças estão sendo enterradas vivas e depois, sem que fique claro realmente se é um enterro real de crianças vivas que estão morrendo naquela hora, é representada por atores e de fato é uma ficção, é uma representação de atores. E já tem um caso na Justiça de crianças indígenas de outro povo que foram utilizadas para esse filme sem que elas soubessem o que elas estavam fazendo nessa ocasião, qual era a finalidade.

Então tem várias irregularidades nessa organização que se encontra sustentando, suportando, fazendo ativismo a favor dessa lei, e também tem dinheiro de fundos internacionais que vão para essa organização, ou seja, é um sistema fechado que se beneficiam sem passar uma lei que vai intervir na aldeia, e vai intervir no curso das decisões de criação de uma autonomia indígena dos povos indígenas possam pensar o que é melhor para eles. Então temos aqui uma invenção de um tema, uma inflação de um tema, e uma introdução de um tema no imaginário social brasileiro, cada vez mais pessoas nas universidades, mesmo aqui, estamos falando de um tema que não tem essa



Comissão Nacional de Política Indigenista
11ª Reunião Ordinária
Dias 9 e 10 de dezembro de 2009

importância, mas a criação desse tema está cobrando importância acredito que indevida. E a gente tem que examinar as conseqüências dessa propaganda.

Então tem uma organização que está se colocando na posição de salvadores das crianças indígenas e que fala como se todas as sociedades indígenas, todos os povos tivessem a mesma prática, quando, se existe essa prática de fato, se alguns indígenas ainda estão praticando ela, o que a gente deveria examinar e pensar que não está claro, não são todos, senão algumas poucas sociedades. Então o que nós constatamos, por uma coincidência impressionante, que em 2007 foi a segunda audiência pública sobre a prática do infanticídio convocada pelo deputado Henrique Afonso e a Comissão de Direitos Humanos da Câmara; no mesmo ano, exatamente, os povos australianos tiveram que se defender de uma tentativa completamente paralela, que foi bem sucedida na Austrália, de intervenção em territórios indígenas do norte da Austrália, também com esse slogan de salvar a criança indígena, que é exterminada no caso brasileiro e no caso australiano é abusada sexualmente pelos seus progenitores. Então nós temos duas campanhas formuladas nos mesmos termos, que eles usaram essa intervenção externa para proteger as crianças dos índios em dois países que tem enormes territórios, que tem importantíssimas populações indígenas, nos mesmos moldes.

Todas as leis já estão traduzidas para o inglês, ora se as leis consumadas e sacramentadas e sancionadas estão publicadas em inglês e esse projeto de lei ainda não votado já circulava na internet em inglês, eu fiquei mais perplexa ainda, isto não é uma lei de proteção da vida da criança indígena, porque eu acredito que a vida da criança indígena está muito bem, o crescimento demográfico do povo indígena, depois do fim da ditadura militar foi impressionante. Acredito que se nós fizéssemos uma validação de que povo se reproduz e crescem demograficamente melhor só no Brasil, isso significa que cuidam muito bem de suas proles, o que é essa lei se não uma lei de inclusão e de policialização da aldeia e de vigilância da vida indígena e da intimidade da vida indígena e da criminalização dos índios.

Então quais são as garantias dessa lei? A garantia de eficácia é muito pequena, porque se uma lei federal não consegue barrar a prática de infanticídio a 1 km do Palácio do Planalto, será que uma lei federal consegue barrar a prática lá longe nas aldeias, no meio da floresta? Acho muito difícil, essa lei pode até chegar a acontecer, mas o risco dela servir para outra coisa, encobrir outra finalidade e não chegar nunca a ter uma eficácia real da proteção da criança, porque nós conhecemos a situação do aborto, há uma discussão e legislação sobre aborto, com lei ou sem lei as mulheres nunca deixaram e nem deixarão de fazer aborto, então o que é uma lei, para que serve uma lei, uma lei não consegue modificar o comportamento das pessoas, a não ser que as pessoas tenham a



Comissão Nacional de Política Indigenista
11ª Reunião Ordinária
Dias 9 e 10 de dezembro de 2009

convicção absoluta de que essa lei faz sentido, nenhuma lei jamais na história da humanidade par formar o comportamento das pessoas a não ser que ela tenha conseguido sintonizar com os sentimentos e éticas das pessoas. E quando uma lei não faz qualquer sentido ela é corre o risco de ser utilizada para outra finalidade. Então nós sabemos que aqui no nosso mundo, supostamente branco e ocidental, existe um altíssimo nível de letalidade policial, a maior causa morte dos jovens não brancos de 18 a 25 anos é a morte por assassinato, em grande medida por assassinato a mãos dos agentes do Estado.

O que é a prática praticamente dita, ela existe, não existe. Está em vocês discutirem os meios de uma prática, nós sabemos que no mundo indígena um ser humano depois de um enorme trabalho de humanização, que é um ser puramente orgânico no início de sua vida, isso é uma diferença muito grande, a forma que eu proponho pensar essa questão não é num sentido de um relativismo cultural, por que foi um conceito muito importante durante algum tempo, que agora é uma ferramenta muito perigosa, ela tende a um fundamentalismo, porque nós somos assim e sempre seremos assim, nenhuma sociedade humana se encontra fora da história. Todo o povo deve absorver a experiência dos outros, modificar suas próprias práticas quando fazem sofrer necessariamente, leva a um fundamentalismo, então os povos indígenas constroem sua historia, seus projetos históricos como todos os outros povos do planeta, o que o indígena quer e aprender a tecnologia do branco e passar muitos dos seus saberes que são importantes sobre a forma do ser humano, então deve existir um intercâmbio e todos devem absorver a experiência dos outros, então ao invés de uma idéia de relativismo cultural eu prefiro o conceito de pluralismo histórico. Construir as transformações internas mediante deliberação ampla internamente das crenças e das praticas que devem prosseguir. Então essa deliberação deve ser feita internamente, não é necessária uma lei estatal, que de toda forma será inócua e totalmente ineficaz”, concluiu a professora.

Passando às **intervenções da plenária**, Élcio Manchinery afirmou que esse projeto não ajuda os povos indígenas, sendo que uma campanha de conscientização seria bem mais benéfico; Paulo Pankararu, coordenador da CGDDI, dirigiu-se à plenária conforme a seguir: “Meu nome é Paulo Sergio de oliveira sou do povo Pankararu de Pernambuco, atualmente eu trabalho como coordenador geral de defesa dos direitos indígenas na FUNAI, tenho trabalhado prestando acessória ao presidente Marcio, na articulação com as organizações dos povos indígenas, esse tema tem passado pelas nossas mãos e de fato tem várias questões e aspectos importantes nos pontos dele tanto no contexto, quanto também nos argumentos que se podem demonstrar a inviabilidade de uma discussão como tem sido colocado”.



Comissão Nacional de Política Indigenista
11ª Reunião Ordinária
Dias 9 e 10 de dezembro de 2009

“Só queria fazer algumas observações, realmente, enquanto advogado, nós lidamos com as teorias universalistas e, para tratar do direito indígena, uma teoria universalista dos direitos humanos, tem sido complicado, o nativismo cultural tem gerado espaço para a discussão da defesa indígena, também não é suficiente o que a senhora colocou, existem questões de estados que tem argumentado relativismo cultural para não acolher mudanças nas implementações dos direitos humanos. Eu fui aluno da professora Flavia Piovezan e nesse ponto ela mencionava que essas questões poderiam causar um terceiro modo de tratamento que seria um mínimo ético em comum pela humanidade acho isso razoável, mas sem querer me prolongar sobre a pertinência do projeto de lei, tem outro aspecto em um debate com o senador Aloísio Mercadante sobre o direito da criança e nos questionávamos toda a diferença cultural, em ultima análise você tem quem discutir o direito da criança e a mim vem uma fotografia de ter uma decisão da comunidade, a criança não pode sobreviver, então qual seria o papel do poder publico naquele momento, nós temos uma situação de fato concreta que se exige um posicionamento do estado, um esclarecimento do estado, então o estado deixaria que se concretizasse em relação ao relativismo cultural, ou as praticas culturais.

Eu tenho escutado que em algumas comunidades as justificativas seriam o fato de que uma criança que nasce com algum problema de deficiência ela não teria chance de sobreviver, mas hoje com a previdência e assistência social, o estado teria como apoiar as famílias indígenas e superar essa etapa eu até sei que em muitas comunidades tem sido feito às crianças tem sido adotadas, fiquei preocupado com esse tipo de assunto quando tive a visita do relator de direitos humanos o Dr. James Anaya, que esteve no Brasil no ano passado, eu perguntei pra ele como a gente pode agir nessas situações, ele disse o seguinte que quem tem que fazer a mudança é a comunidade, cabe ao estado dialogar, e eu estou de acordo com isso, agora ele dizia que os direitos indígenas têm sido protegidos a luz dos direitos humanos, então a gente também não pode de uma hora para outra se virar contra os direitos humanos sem tentar dialogar, eu tenho o mínimo de respostas para essas situações e quando eu falo concreto da fotografia eu não sei como realmente deveria ser a ação do estado e é nisso que o estado é cobrado. Obrigado professora”, finalizou Paulo Pankararu.

Edgard Magalhães, da Funasa, parabenizou a professora por estar envolvida com essa questão e disse que o posicionamento do Ministério da Saúde sobre essa questão é: têm recebido solicitação de informações sobre a ocorrência desses casos nas aldeias, e informam que não têm notícias, porque o infanticídio é uma tipificação de um crime, e não têm condições de lavar ocorrência, informar que um crime foi cometido. E ainda porque, se acontece, não o é à vista dos servidores, há uma desconfiança de que aconteceu e quando há em geral é por missionários religiosos.



Comissão Nacional de Política Indigenista
11ª Reunião Ordinária
Dias 9 e 10 de dezembro de 2009

Há indícios de que ocorra entre os Yananomami, entre os quais trabalhou por mais de 10 anos, e quando chegavam as informações vinham de missões religiosas, e há a desconfiança se ocorrem de fato ou é um fato gerado no seu processo de evangelização. O Ministério não atesta nem veicula informação sobre esse assunto porque não está entre as causas de morte com as quais o ministério trabalha.

Há um outro aspecto sobre esse assunto: que os preocupa que essa polêmica atenda única e exclusivamente a interesse de missões religiosas, como as duas entidades citadas, que reagem a uma impossibilidade de continuarem a fazer o seu proselitismo dentro de terras indígenas, foram retiradas das terras em que atuavam e têm reagido dessa forma. E o uso por parte delas desse tema é totalmente imoral, não tem nada a ver com a defesa dos direitos humanos indígenas, e teria inclusive que se avaliar se configura crime, pois está inclusive prestando um deserviço ao disseminar a informação de que se trata de uma prática disseminada. É uma prática que não pode ser descontextualizada, é preciso ter visão ampla dessa questão.

Caboquinho Potiguara afirmou que o projeto inicia pecando por se basear na incapacidade dos povos indígenas; quando da realização da audiência pública, em 2007, se usava o mesmo slogan na Austrália, defendendo a adoção de crianças indígenas, o que demonstra uma orquestração internacional, já que essas ONGs são financiadas com recursos internacionais, então que o Estado buscasse agir junto a essa organização, posicionando-se com respeito a sua atuação. Apesar de o projeto estar praticamente arquivado, as publicações estão cada vez mais intensas sobre o assunto.

Francisca Paresi agradeceu pela apresentação da professora Rita Segatto e lamentou que esteja acontecendo esse processo de criminalização das mulheres indígenas; que de fato essas organizações estão agindo na defesa de interesses próprios, pois seu objetivo é viabilizar sua atuação no interior das terras indígenas. É importante que a CNPI faça um documento, tire uma posição sobre esse tema, e que possam ampliar a discussão sobre o que está por trás desse tema. Propõe que saiam com algo que sirva para repudiar essa legislação e o tratamento que tem sido dado à questão, principalmente quanto às mulheres indígenas.

Anastácio Peralta afirmou que está muito preocupado com o que está sendo dito nesse projeto de lei, que não têm prova do que está sendo dito e que a partir de boatos se pode vir a construir até mesmo uma lei. Afirmou que entre os Kaiowá há outro conceito de filho, que é a continuidade da vida, sendo que só há alimento porque há as crianças, como por exemplo o milho é uma criança. E quando vê essa denúncia de que há parentes enterrando vivas as crianças, percebe que



Comissão Nacional de Política Indigenista
11ª Reunião Ordinária
Dias 9 e 10 de dezembro de 2009

tem que se aprofundar melhor, conhecer melhor se de fato isso acontece, e que o Estado também deve investigar, pois se não for verdade é um crime cruel, calúnia, que pode até mesmo matar um povo, que não se mata só com bala, mas com escrita, documentário, e se pode acabar com um povo mostrando coisas que se tem até mesmo dificuldade de acreditar. A CNPI, o Estado deve se aprofundar no conhecimento dessa questão, verificar quem estaria mantendo essa prática e o que fazer a respeito.

Brasília afirmou que de fato essas organizações têm interesses não revelados ao lidar com essa questão; Marcos Xucuru também discordou da proposição desse projeto de lei, afirmando que essa campanha é um ato de terrorismo, que tenta jogar a sociedade contra os povos indígenas. E que devem dar um basta, pois quanto mais conversam sobre isso mais estão aumentando a importância que se dá a esse tema. Propondo inclusive que entrem na Justiça contra essas pessoas que estão agindo na disseminação dessas informações; que se está de fato acontecendo, dispõem de mecanismos para lidar com a situação, com o diálogo, o debate com os envolvidos, não sendo necessário um projeto de lei. Até porque já estão vivendo um processo de criminalização e mais uma vez vão ser criminalizados por algo que não cometeram. Propõe como encaminhamento resolução da CNPI, para a deputada relatora da comissão, rejeitando o projeto de lei.

O presidente deu informe de que a Subcomissão de Gênero, infância e Juventude, entre seus encaminhamentos, deliberou no sentido de que a CNPI proponha resolução à comissão de Direitos Humanos da Câmara solicitando a rejeição do projeto de lei sobre infanticídio, já é posição da subcomissão.

Simone Karipuna coadunou a posição já manifestada, afirmando que é muito cruel, como mulher, a forma como se coloca a questão. Hilário Kadiwéu, do Condisi, afirmou que essa é uma pauta de grande interesse, relatando que seu povo tinha esse problema de infanticídio, pois atuou na defesa do território nacional e não queria crianças no meio dos conflitos, mas que essa mentalidade mudou a partir da atuação da Funai. Portanto há outros meios de não se generalizar a questão.

Ak'Jaboro colocou que compreende e concorda com a fala de Edgard, no sentido de que nos Yanomami as crianças têm várias mães; que a imprensa só fala do índio para piorar a sua vida, nunca para melhorar; que na cidade se vê que há muitas crianças na rua, o que não se vê nas aldeias, pois os índios não tratam as suas crianças dessa forma, não ficam jogadas; que quando uma criança morre logo ao nascer, ficam muito tristes, choram, mesmo sem ter sequer conhecido direito, e nas capitais as crianças não têm mãe, não tem cuidado. Muitas pessoas vão até as aldeias dizendo que são antropólogos, jornalistas, pesquisadores, mas que divulgam informações sobre os índios que não são



Comissão Nacional de Política Indigenista
11ª Reunião Ordinária
Dias 9 e 10 de dezembro de 2009

boas para os povos indígenas.

Marcos Tupã afirmou que os povos indígenas são os maiores interessados pela vida das crianças indígenas em todo o território, que Deus permitiu que possam se aproximar da população não indígena em termos de população. Que essa prática não existe entre os Guarani, Mbiá-Guarany, e manifesta seu repúdio a esse projeto, pois é nociva a forma de essa organização tratar da questão. Ressaltou o que é dito no artigo 6, parágrafo único, em que se diz que as crianças sejam enviadas às autoridades responsáveis com vistas à proteção de sua integridade física, informando que já passaram por situações em que as crianças foram retiradas de suas aldeias, sem consentimento das famílias, das aldeias, e pede que todos se manifestem em repúdio a essa lei.

Lylia Galetti destacou que as falas indígenas são muito claras e perspicazes sobre o que pode estar por trás desse projeto. Concorda com as propostas de Marcos Xucuru e as demais; considera que já foi dito o fundamental, mas reitera que se já existe uma legislação que protege as práticas tradicionais, e outras que as reconhecem desde que de acordo com os direitos assegurados na Constituição quanto a seus modos de vida e à universalidade dos direitos humanos e de cidadania. Pelo trabalho que a Funasa e a Funai faz se busca compatibilizar as práticas tradicionais e os direitos humanos, e ao se deparar com essa campanha contra o pretense infanticídio considera que devem sim tomar algum tipo de medida. É preciso respeitar os direitos tradicionais, e ver que procedimentos podem ser adotados para compatibilizar essas práticas tradicionais e a universalização dos direitos humanos, mas não considera que seja uma questão a ser tratada num projeto de lei; que deve ficar claro o contexto em que se está discutindo essa questão. Que se registre em ata a necessidade de promover um conjunto de ações que possa contrabalançar esse trabalho sistemático que tem sido feito na mídia contra os povos indígenas, suas culturas, demandas por terra, entre outras, e este tema está dentro disso.

Considera que o projeto é um despropósito, o site também é um absurdo, que fica claro que é feito por pessoas que não têm nenhum tipo de respeito aos valores e direitos indígenas. Desta forma, a CNPI teria que rejeitar o projeto de lei e fazer também uma justificativa clara em relação a sua posição de não aceitar que seja tratado num projeto de lei, ainda mais nesse grau de preconceito e agressão aos povos indígenas.

Riparidi Xavante se manifestou a seguir afirmando que falta a posição das mulheres tradicionais, e que deveriam ter sido convidadas mulheres xinguanas, Xavante, Guarani e outras para que também vejam a sua posição, o que as mães pensam sobre esse assunto, que palestrassem sobre isso. E sugere que esse assunto seja colocado como consultas regionais também no planejamento do



Comissão Nacional de Política Indigenista
11ª Reunião Ordinária
Dias 9 e 10 de dezembro de 2009

ano que vem, pois se trata de um assunto muito importante. Destacou que algumas falas foram interessantes porque, como se sabe as mulheres muçulmanas sofrerem mutilações nos órgãos sexuais. E que devem respeitar a questão das consultas e levar esse tema para ser discutidos nas aldeias, para que não se diga depois que o assunto foi decidido por umas poucas pessoas.

Glicéria Tupinambá destacou que no Estatuto foi tratada a questão das crianças, da adoção pelos avós e etc., o que ficou garantida a abordagem adequada do tema dentro do Estatuto. Destacou ainda que se tinha consciência dessa questão do infanticídio mas decidiram não incluir no Estatuto por considerar que não existia de fato, que não existe a questão do abandono e sim da adoção por parentes. Em sua cultura não podem fazer aborto ou qualquer tipo de atentado contra a vida das crianças, geralmente as crianças são cuidadas e adotadas pelas avós; há o interesse de não índios criarem crianças indígenas, e se vê muito na sociedade não indígena o abandono e a crueldade contra as crianças sem que se tome providências quanto a isso.

Paulo Paiakã também se manifestou, agradecendo a oportunidade afirmou que está vendo uma oportunidade para todos, a primeira vez que os órgãos que são responsáveis pela questão indígena se reúnem para discutir; que está vendo que são os membros da CNPI que vão levar as propostas para que o legislativo aprove leis para os povos indígenas, devem estar conscientes de que estão representando os povos indígenas, colocando os seus problemas e preocupações. Todos os povos têm as suas tradições, conhecimentos, formas de evitar a gravidez quando a mulher ainda não quer ter filhos. No passado, antes de começar o contato, também tinham essa prática de matar crianças, mas isso foi mudando a partir do contato, por influência de missões evangélicas, e hoje não existe mais.

Afirmou que a CNPI é um caminho que estão representando os povos indígenas, que então devem analisar melhor, acompanhar e buscar melhorias para os povos indígenas que nunca aconteceu. Espera que seja um trabalho muito bem feito para as comunidades indígenas, e que tenham vida longa nesse planeta que já vinham ocupando e espera que ocupem por muito tempo ainda.

Luis Titiah disse que, para ajudar nas questões que foram colocadas, como está o encaminhamento das crianças de Coroa Vermelha e Tupinambá, como está o acompanhamento de massacres de crianças feitas por não índios.

Deborah Duprat deu testemunho a respeito de episódios envolvendo esse projeto de lei, pois na justificativa do deputado disse que está usando fundamentos da Atini, Voz pela Vida, cujo trunfo maior é o vídeo em que uma criança supostamente Zuruahá estaria sendo enterrada, vídeo



que teria ido parar em uma aldeia Karitiana. E os pais da criança ficaram assustadas, porque não sabiam que seria usado com esse fim, e mais grave é que a equipe da Funai acabou levando para os próprios Zuruahá e viram que não era nenhum deles, e foi feito de forma tão mal feita que não respeita minimamente sua cultura, pois eles não são enterrados em contato com a terra, e no vídeo são enterradas vivas. Resumindo, muito da gritaria que se criou em torno do infanticídio surgiu com esse vídeo, que é falso, é uma farsa.

O presidente afirmou que essa última fala só corrobora o que já foi discutido. E como já foi dito a subcomissão já havia deliberado no sentido de se propor uma resolução contra esse projeto de lei. A propósito, Carlão lembrou que foi informado em reunião anterior que estaria sendo feito um cadastramento de todas as missões que atuam em terra indígena e se assim o for devem impedir qualquer forma de ingresso dessas missões. Ao que a procuradora Deborah Duprat lembrou que estão impedidos inclusive judicialmente de atuar em terras indígenas, e Carlão destacou que deve haver o cuidado de que não venham a atuar sob outro nome.

O presidente Márcio afirmou que, a propósito do vídeo, entidades que abusam, os fatos relacionados aos Zuruahá, há alguns anos fizeram ação para retirar essa organização de dentro dos Zuruahá, e a posição de Estado é muito clara, de rejeitar esse tipo de abuso. E de que a assistência, acompanhamento, proteção de povos indígenas do Brasil, principalmente de recente contato, cabe ao Estado, que é laico, contando com o apoio de entidades religiosas desde que sejam de proteção e com o princípio de respeito a suas culturas.

Encaminhamentos

Sugere o **encaminhamento de que a Subcomissão de Gênero possa, a partir de tudo o que foi dito**, inclusive contando com a participação da professora Rita Segatto, **elaborar um ou mais documentos de resolução da CNPI a respeito dos temas que foram discutidos na reunião.**

Saulo Feitosa interveio a seguir afirmando que, para além do projeto de lei, em respeito às organizações, é preciso lembrar que o projeto leva o nome de uma mãe Zuruahá que teve sua filha retirada da comunidade, sob o pretexto de que poderia vir a ser morta, junto com a mãe e o primo, ao todo são 5 pessoas que passaram a viver em Brasília sob esse pretexto, falso, de que se voltarem pode até vir a ser morta. O discurso é que há uma lei tribal e se a mulher não cumpre pode vir a ser morta. Considera que é caso de cárcere privado, pois estão sendo mantidas longe de sua terra, e num primeiro momento ao se conversar com eles dizem que não querem voltar, que não sabem mais andar na selva, que podem ser mortos etc. E se verifica que são várias famílias que foram



Comissão Nacional de Política Indigenista
11ª Reunião Ordinária
Dias 9 e 10 de dezembro de 2009

retiradas de suas aldeias, que estão sendo mantidas em cárcere privado para sustentar esse discurso defendido pela organização. Uma situação delicada que devem decidir como lidar com ela.

O presidente consultou a plenária sobre o encaminhamento, e ficou aprovado que a subcomissão de Gênero, Infância e Juventude, com a colaboração de quem decidirem convidar para contribuir, como a professora Rita Segatto, Ministério Público e outras que decidirem, elabore a ou as resoluções.

Destacou ainda a situação envolvendo os Zoé, que não foi citada, sendo que, devido à atuação de missionários junto a esse povo, chegaram a um quadro gravíssimo de mortalidade, até que a Funai tomou para si a responsabilidade de atuar junto a esse povo, expulsando os missionários, e que hoje estão muito bem, as crianças são muito bem tratadas pelos pais, mães. Destacando que na nossa sociedade sempre nos referimos ao modo de tratamento das mães e pais indígenas com relação a suas crianças de uma forma positiva. Nós brasileiros sempre tivemos a referência de que devemos aprender com os indígenas como tratar suas crianças de forma qualificada, como fazem com suas crianças.

Encaminhamento – que seja apresentada à plenária, pela subcomissão de Gênero, Infância e Juventude e os convidados que definir, proposta (s) de resolução a ser enviada às instituições e entidades que julgarem pertinente.

Dia 09 de dezembro - Tarde

Subcomissão de Comunicação e Cultura

O Diretor de Assistência da Funai e presidente Substituto da CNPI iniciou as atividades da tarde, explicando que o presidente se encontrava em uma reunião fora.

Retomando a pauta da manhã, foi convidado o representante indígena Antonio Caboquinho, da Subcomissão de Cultura, que explicou que tiveram a primeira reunião da subcomissão no dia 08 de dezembro, passando à leitura da ata da reunião. Nesta, foi destacada a eleição de Antonio Pessoa Gomes como coordenador indígena, não tendo sido escolhido o representante governamental devido à ausência dos membros permanentes. O coordenador sugeriu, ainda, a substituição dos representantes Sandro Tuxá e Kohalue Karajá, em vista da incompatibilidade de horários para participação regular na reunião.



Comissão Nacional de Política Indigenista
11ª Reunião Ordinária
Dias 9 e 10 de dezembro de 2009

O coordenador informou que tratariam dos seguintes pontos de pauta:

- 1 – II Conferência Nacional de Cultura, Pré-Conferência Setorial de Culturas Indígenas, Colegiado Setorial de Cultura Indígena, Sistema Nacional de Cultura, Plano Nacional de Cultura e Plano Setorial de Cultura Indígena;
- 2 – Conferência Nacional de Educação (CONFECOM);
- 3 – Acordo de Cooperação Minc-Funai e Pontos de Cultura Indígena;
- 4 – Reestruturação da área de cultura na Funai envolvendo a CGART, o Programa Artíndia e Museu do Índio;
- 5 – Museus – Pontos de Memória Indígena;
- 6 – Capítulo “Das Culturas” e “Conhecimentos Tradicionais” do novo Estatuto dos Povos Indígenas;
- 7 – Políticas de proteção e fomento dos Conhecimentos Tradicionais no CGEN (Conselho de Gestão do Patrimônio Genético) e CNDSPCT (Comissão de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais);
- 8 – Reforma da Lei do Direito Autoral;
- 9 – Prêmio Culturas Indígenas;
- 10 – Encontro dos Povos Guarani da América do Sul;
- 11 – Ações do IPHAN: grupo de trabalho para línguas indígenas e Etnodoc;
- 12 – Fundo Setorial da Diversidade, Cidadania e Acesso a ser criado com a reforma do Pronac;
- 13 – Reforma das diretrizes do Carteira Indígena;
- 14 – Projeto Encontro de Saberes (MinC – MEC).

Nesse sentido, o coordenador da subcomissão fez a leitura a respeito de cada um dos itens, bem como as propostas de encaminhamento (vide ata completa da 11ª Reunião da Comissão Nacional de Política Indigenista).

Após a apresentação do coordenador a palavra foi passada para Marcelo Manzatti, que agradeceu pelo espaço para se trabalhar as questões da cultura, e afirmou estar mais animado, por agora disporem de uma subcomissão específica para o tema Cultura, que tem uma rica pauta a ser discutida. Marcelo informou que foi distribuído material a respeito da II Conferência Nacional de Cultura, bem como material sobre as ações do Ministério da Cultura – Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural, além da portaria da Pré-conferência, informando sobre os procedimentos que estão em andamento e prestes a ocorrer, como a escolha dos delegados, definição do temário etc. Destacou que se trata de um momento importante, pois ainda não se tem notícia da participação



Comissão Nacional de Política Indigenista
11ª Reunião Ordinária
Dias 9 e 10 de dezembro de 2009

indígena nas etapas estaduais, mencionando ainda o quadro que entregue aos presentes contendo listagem com o total de municípios nos quais há conferências agendadas, número de conferências intermunicipais e de conferências municipais. Espera-se que nos municípios em que há presença de povos indígenas estes possam ser eleitos delegados nas etapas municipais que estão acontecendo agora, sendo que algumas já aconteceram e outras estão por ocorrer.

Marcelo Manzatti deu ainda esclarecimentos acerca da Pré-Conferência Setorial da Cultura Indígena, que é um espaço mais adequado para participação indígena e uma das etapas do Conselho, informando sobre a sua composição, forma de indicação e de atuação dos membros, colocando-se à disposição para tirar as eventuais dúvidas.

Em seguida, Kohalue Karajá comentou o trabalho da subcomissão, bem como em relação à proposta do coordenador no sentido de que se procedesse tanto à sua substituição como de Sandro Tuxá, explicando que por sua vontade estaria participando desde o primeiro dia, mas que isso não foi possível devido ao problema com sua passagem, em vista do que chegou apenas neste dia. Afirmando que provavelmente Sandro Tuxá teria passado por problema semelhante.

Capitão Potiguará pergunta sobre a participação dos membros da CNPI na Conferência, acertada em reunião anterior. Marcos Xucuru, por sua vez, pediu esclarecimentos da subcomissão a respeito da participação indígena na Conferência de Comunicação, afirmando que sua comunidade enfrenta muitos problemas relacionados a essa área, pelo fato de terem muitas vezes solicitado do Ministério de Comunicação autorização para o funcionamento de rádios comunitárias, sem sucesso. De forma que precisariam estar na conferência para levantar essa discussão, trazer à tona esse tema. Relatando inclusive um episódio no qual, após obterem os equipamentos, solicitaram ao ministério a liberação da rádio, instalaram os equipamentos e iniciaram testes enquanto esperavam a anuência, mas a Polícia Federal interveio e há inclusive pessoas respondendo judicialmente por isso.

Marcelo Manzatti respondeu aos questionamentos informando a Kohalue que a sugestão foi feita não por razões pessoais, mas por estar participando de outra subcomissão que se reúne no mesmo horário em que a de Cultura e Comunicação. Então, se houvesse sobreposição sugeriria a substituição, se aceitar.

A respeito da Conferência de Comunicação, informou que esta estará acontecendo na próxima semana, e teme que a participação indígena seja zero, pois a escolha foi feita de forma acelerada devido aos conflitos que aconteceram com empresários e outros segmentos, inclusive com ameaça de se retirarem. Assim, de fato não sabe se haverá a participação indígena. O próprio Marcelo está trabalhando, mas numa comissão que não tem relação com as rádios comunitárias.



Comissão Nacional de Política Indigenista
11ª Reunião Ordinária
Dias 9 e 10 de dezembro de 2009

Sobre a questão da presença da CNPI na reunião, tem que se ver, pois não sabe o tamanho da bancada indígena, e para isso há o GT que trata das questões indígenas. Diante disso, afirmou não como garantir a participação de outras pessoas, além dos 108 já previstos, sugerindo que indiquem os nomes para que possam participar como membros do colegiado dentro deste número já garantido.

Marcos Xucuru mencionou a questão da proposta de substituição de Kohalue Carajá, esclarecendo que foi uma sugestão dada por ele próprio, a pedido de Rosa Pitaguari, que participou o GT ativamente e ao saber da criação da subcomissão solicitou que fosse convidada permanente desta subcomissão e não para que o substituíssem. Antonio Caboquinho também esclareceu a questão, informando que há subcomissões que trabalham no mesmo horário e portanto se apresentou a presente proposta, a fim de melhorar o funcionamento dos trabalhos. E que também ao invés de se retirar os que foram escolhidos poderiam incluir os nomes que se sugeriu para substituição, mantendo todos.

O presidente afirmou que leu o texto e gostaria de fazer esclarecimento com relação à questão do acordo de cooperação com o Minc quanto aos pontos de cultura, pois se diz que a responsabilidade da Funai se restringiu aos trinta primeiros pontos, mas na verdade o acordo foi assinado para a implantação de 120 pontos de cultura indígena, no programa “Mais Cultura”, e para a implantação até 2010 está trabalhando por parte, em parceria, para a implantação em outros pontos do Brasil. Pelo relato ficou parecendo que teria responsabilidade apenas sobre 30, mas são 120, inclusive teve reunião no Ministério da Cultura com o secretário responsável tratando desse assunto e outros assuntos relativos à parceria.

Sobre a Conferência de Comunicação, como presidente da CNPI, informou que tomou a iniciativa unilateral, pois não havia tempo para consulta, de entrar em contato com o grupo que coordena a conferência, no que estava acompanhado de Paulinho, da APIB, os quais se reuniram com o Comitê Organizador. No encontro ficou acertado que bastaria a CNPI fazer o documento – que foi feito – para a comissão organizadora, a fim de que os membros indígenas pudessem ser acolhidos como convidados. Essa informação talvez não tenha sido repassada com mais antecedência para a subcomissão, mas foi um acerto do presidente com a comissão, pois argumentou que deveria haver a participação indígena, pois já que não houve nas outras etapas deveriam ser acolhidos na etapa nacional. O que foi aceito, desde que se fizesse documento, que de fato foi feito. Portanto aqueles que tiverem interesse em participar têm vaga garantida como convidados da Conferência.



Comissão Nacional de Política Indigenista
11ª Reunião Ordinária
Dias 9 e 10 de dezembro de 2009

Após a apresentação de novas informações acerca dos Pontos de Cultura foi encerrada a discussão dos temas relacionados à Subcomissão de Comunicação e Cultura, passando-se ao próximo ponto de pauta.

Dando prosseguimento, foi feita a **leitura da proposta de resolução sobre a questão do infanticídio** (vide versão final à página 28). A propósito do texto, Saulo sugeriu que no encaminhamento inicialmente seja informado o nome da relatora para o qual segue a resolução, perguntando ainda se não seria mais adequado fazer um ajuste no segundo item, que pode parecer inadequado em termos de sugerir ingerência de um poder no outro; que se critique apenas não o projeto de lei em si, mas toda a campanha que há e resultou no projeto de lei. Diante do que o presidente sugeriu que apresente a nova redação proposta.

O coronel Eustáquio pediu para registrar que o Ministério da Defesa é contra o infanticídio, caso exista, e que, nos povos que existem, que se faça campanha visando a modificar essa prática. Ao que o presidente lembrou que algumas lideranças indígenas também se manifestaram no sentido de que as próprias comunidades indígenas busquem formas de modificar essa prática caso venha a existir.

Informe sobre a reestruturação da Funai

Passando ao próximo ponto de pauta – a **Reestruturação da Funai** – O presidente começou dizendo que todos deveriam se lembrar de que quando chegou à Funai, no dia da posse, assumiu alguns compromissos a cumprir até o final do mandato do presidente Lula em 2010, inclusive informou naquele momento e disse em outros que o presidente ao convidá-lo passou uma determinação para que fossem feitas mudanças na Funai, para que “arrumasse a casa”, e se comprometeu a reestruturar, qualificar, fortalecer, compromissos que assumiu no dia da posse.

E nesse sentido o presidente disse que listou três pontos que seriam necessários para fazer essa reestruturação: 1) melhoria das condições de trabalho e vencimento dos servidores da Funai, o primeiro ponto para trabalhar na perspectiva de melhoria da Funai, pois pelo que Anastácio disse, que há muita fofoca, acaba a informação vindo ao contrário. Este foi o primeiro ponto, **melhoria de salários e das condições dos servidores da Funai** e em julho, foi graças a uma participação ativa da CNPI, principalmente de Ak'Jaboro, que se conseguiu alcançar esse objetivo. Todos sabem, está gravado ele perguntando quem mandava na Funai, se era o Presidente ou o ministro do MPOG, isso aconteceu há mais de um ano, em julho. Em setembro de 2008 o presidente publicou medida



Comissão Nacional de Política Indigenista
11ª Reunião Ordinária
Dias 9 e 10 de dezembro de 2009

provisória n. 441 que criou 3 mil e cem vagas novas para a Funai, três cargos novos de indigenista que não existiam na carreira – não criou a carreira mas deu um passo importante, que foi criar os cargos de indigenista dentro da carreira atual – de nível fundamental, intermediário e superior, que é o agente, indigenista especializado. Cria também duas gratificações novas que não existiam antes, que são só para a Funai – e além disso foi dado aumento no vencimento básico para todos os servidores integrantes do PGPE. A lei foi retroativa a julho, então os servidores receberam os meses retroativos, e todos os 2 mil e poucos servidores atuais têm um vencimento maior do que tinham antes.

O vencimento, mais a criação dos cargos e das vagas dizem respeito ao primeiro ponto que foi colocado, o que foi conquistado em setembro de 2008 e só foi conquistado graças ao apoio da CNPI, pois a partir da reunião da Comissão foi que o presidente determinou que se publicasse a medida provisória.

Destaca isso porque muitas vezes as pessoas, ao pensar em reestruturação, só pensam em DAS pois, ninguém quer perder DAS e quem não tem quer ganhar um; a discussão fica abaixo da lama, pois ao invés de ser uma discussão séria vira discussão de interesse pessoal de quem quer ganhar DAS e não vai se restringir a isso, trair a sua consciência, pois acredita que deve ser algo além disso, sendo que os servidores ao ouvir falar em reestruturar a Funai já se mobilizam para que não aconteça, a fim de não perder o seu DAS. Inclusive servidores indígenas, que não estão à altura da sua responsabilidade, e se mobilizam para fazer o que fizeram com o diretor Aloysio, que foi arrastado, preso, agredido, ameaçado, como tem sido também a chefe de Gabinete Salete. E não vai aceitar isso porque tem que estar à altura da responsabilidade de estar à frente da instituição Funai, e não é a primeira vez, todas as vezes que a Funai foi passar por uma reestruturação para algo melhor passou por isso, algum tipo de evento como esse acontecia e era interrompido, infelizmente, o que é feito por pessoas que nem sequer conhecem a realidade indígena do Brasil. Pois ele sim viaja todo o país e conhece a realidade, ouve o clamor para que essa realidade mude.

É uma injustiça dizer que a CNPI está acabando com a Funai, e há muitos servidores que estão ganhando melhor graças justamente à Comissão, no entanto a criticam, afirmando que está “acabando com a Funai”.

Um segundo ponto que foi colocado foi com relação à **necessidade de se fazer concurso público**, pois com a quantidade de servidores que tem é impossível cumprir a sua missão e foi a medida provisória 441 que permitiu isso, pois depois de muita luta, com apoio de novo da CNPI conseguiram autorização para suprir 425 vagas, e esse concurso está sendo realizado, a licitação, contratação da empresa, cumprimento de prazos por parte da empresa contratada, tudo isso está



Comissão Nacional de Política Indigenista
11ª Reunião Ordinária
Dias 9 e 10 de dezembro de 2009

sendo feito. O contrato com a empresa foi assinado há cerca de 20 dias, a empresa tem prazo para publicar o edital e daí em diante são 60 dias; não foi fácil para a Funai assinar o contrato, isso não é nada simples, pois devem fazer o concurso para vaga em cidadezinhas do interior, dizendo quem vai ser lotado onde, ou pode ser impugnado, foi preciso fazer o trabalho de divisão do Brasil em 11 regiões, cada uma vai ter vagas para que o concursado já saiba que vai ter que trabalhar do Sul ao Norte do Brasil.

A empresa já foi contratada e o concurso deve ser realizando no primeiro semestre e tem até julho para que seja homologado, todo o calendário está sendo feito para ser homologado o de nível superior e médio até maio, e o de nível fundamental até julho, pois precisam fazer prova prática e daí vai demorar mais para homologar. Os 425 já autorizados 75 de nível auxiliar vão trabalhar com os índios isolados, o que vai ser fundamental, pois vai aumentar o número de frentes etnoambientais, vão precisar de mais gente, e por isso vão priorizar. No edital do concurso 90 por cento dos novos vão trabalhar na ponta, 10 por cento em Brasília, a maioria dos novos vão para a ponta, para fortalecer onde a presença da Funai está mais fraca, mais perto da aldeia. Isso é uma conquista, não é algo remoto, já está conquistado, está sendo realizado, e até 2012 devem preencher as 3100 vagas, o que é mais do que a Funai tem hoje, e ao entrar todos os novos surge uma nova instituição, os que estão hoje 90 por cento estão se aposentando nos próximos anos. Então em alguns anos haverá uma renovação total.

O terceiro ponto que foi colocado como importante é o **desenho e conceito institucional** que tem que ser feito pelo presidente da República, **o que significa mexer em algo importante, que é o Estatuto da Funai**. É muito importante porque geralmente quando se fala em reestruturação se pensa que vai falar de DAS, mas o decreto vai dizer que a Funai existe para fazer tal e tal coisa. Todos os que já leram o Estatuto atual da Funai, sabem que pelo Estatuto atual os índios ainda são tratados como silvícolas, e os servidores exercem sobre eles o poder de tutela, e só podem fazer determinada coisa com a autorização do presidente, fala sobre integração e esse estatuto se repete desde 1967, quando foi criada a Funai. E não podem mais aceitar isso, desde que foi aprovada a nova Constituição, a Convenção 169 da OIT, isso é inadmissível.

O presidente vai publicar um decreto que vai modificar a função da Funai, é uma atribuição exclusiva do presidente, que para fazer o decreto não é preciso realizar ampla consulta, assembleias, discussões... é um ato discricionário do presidente, óbvio, o presidente deve respeitar as leis vigentes.



Comissão Nacional de Política Indigenista
11ª Reunião Ordinária
Dias 9 e 10 de dezembro de 2009

As mudanças serão feitas no Estatuto da Funai serão feitas a partir do que foi discutido na CNPI, na Constituição, na Convenção 169, dali sai a inspiração para o novo Estatuto, um trabalho técnico, de adequar o que existe à legislação. Isso não está concluído, está sendo feito. Esse terceiro ponto está em fase de conclusão, para que o presidente publique um decreto.

Esse ponto não pôde ser feito antes, como os demais itens, porque estão aumentando o tamanho da Funai, com o novo desenho institucional, vai ter um tamanho maior, vai ganhar novos cargos, DAS, e para que tenha novos DAS, quem cria DAS pela lei brasileira é o Congresso Nacional, não o presidente. Então em 2007, na época apresentaram uma proposta, a partir de levantamento, um projeto de lei criando cargos novos para a Funai para que possa receber cargos a mais, e essa lei demorou 2 anos para ser aprovada, faz um mês que foi aprovada; o presidente sancionou a lei e hoje existem mais cargos novos para a Funai – DAS 1, 2,3. Aprovada a lei, não quer dizer que o presidente da Funai já pode nomear, isso só depois que o presidente da República definir onde vão ficar esses cargos. E quando, há cerca de um mês, prenderam o diretor é porque queriam que fossem nomeados esses cargos. Então agora precisam que o presidente publique o decreto, para aumentar a força muscular da Funai e esse novo desenho institucional é que está gerando tantos boatos e fofocas na Funai.

E garante que tudo o que está sendo proposto é coerente com o que está sendo discutido na CNPI, lembrando o que foi discutido, uma nova forma de a Funai trabalhar e perguntou se aprovavam o que foi apresentado, se davam aval às mudanças que estavam sendo feitas, foi então unânime a aprovação, o aval para que pudesse continuar a fazer as mudanças, e isso diz respeito a como podem continuar a gerir a Funai de uma forma transparente, e como trazer o órgão para o século XXI, pois ainda está no século XX.

Queria dar essas explicações porque assim municia a todos para levar notícias às comunidades, quando surgirem conversas no corredor, pois estão trabalhando para que a Funai execute melhor as suas atividades, para que execute melhor o seu orçamento etc.

Um último ponto, sendo muito honesto, sabem que é muito franco, não se nega a abrir o debate. E um ponto muito importante, acha que é muito arriscado se partirem para um amplo debate, consulta em todas as comunidades sobre como deve ser esse desenho, até porque esse é um ato discricionário do presidente, mas seria muito arriscado abrir essa discussão, pois estão a um passo de um momento histórico de fazer mudanças que façam com que a Funai passe a ser um órgão contemporâneo e à altura do que se espera dela nos dias atuais. Está disposto a conversar individualmente com cada um sobre esse tema para que fiquem tranquilos sobre o que está



Comissão Nacional de Política Indigenista
11ª Reunião Ordinária
Dias 9 e 10 de dezembro de 2009

acontecendo. Citou o exemplo da criação da unidade regional em Itanhaém, citando a presença de Marcos Tupã, sendo que a unidade já está funcionando, só falta inaugurar, e está contemplando uma região onde está a maior parte da população indígena na região e só tinha um funcionário.

Caboquinho comentou que quando fala que a Funai está crescendo, estão vendo que a população indígena também está crescendo – então pergunta como na nova reestruturação será vista a criação de novas administrações onde não existe. Lembrando que no Rio Grande do Norte e Piauí, onde não existiam índios, hoje existem; sobre o concurso, dentro da Funai, daqui a alguns anos muitas pessoas que estão hoje terão se aposentado, e se essas pessoas vão trabalhar na ponta, se a Funai não se preocupou em colocar os índios que atuam no movimento para trabalhar também, pois são preparados, haja vista a Funasa que colocou muitos funcionários que não entendem nada da questão indígena.

Marcos Tupã agradeceu a transferência da Funai para o litoral, antes era Bauru, e agora está onde está a maioria dos Guarany, as terras ainda não demarcadas, algo pelo que lutaram por muitos anos. Agradece a compreensão, entendimento de se fazer essa mudança, que vai atender melhor o povo Guarany nessa região. Sabe que é um processo, mas o desejo é que a Funai seja reestruturada, também em termos de pessoal técnico nas suas funções. Tem lido o Estatuto da Funai e concorda que essa mudança é importante, e sugere que a CNPI faça uma resolução propondo que de fato sejam aprovadas as mudanças no Estatuto o mais rápido possível, pedindo que de fato se atue no fortalecimento, na mudança no quadro de funcionários para que disponham de mais técnicos atuando nas comunidades.

Brasílio Priprá afirmou que foi importante o que disse, que foi honesto, mas que nas bases vão cobrar; pergunta se o edital vai para as administrações, pois algumas aldeias não têm acesso a internet; Capitão Potiguara afirmou que se encontrava em um seminário de direitos humanos em Brasília e um servidor pediu informações, ao que respondeu que era lenta e não iria aparecer de repente; pergunta se estão contemplados os povos do Ceará.

Marcos Xucuru destacou que deve haver comprometimento por parte dos povos indígenas com relação ao processo de mudança e fortalecimento da instituição, e não devem se envolver ou deixar levar por essas fofocas, propondo que se tomem medidas enérgicas contra essas pessoas que estão indo contra esse processo de mudança, servidores que influenciam os índios e as comunidades para se mobilizar contra as mudanças. Pergunta como responsabilizar pessoas que estão indo contra uma determinação que vem do próprio presidente da República no sentido de se melhorar a estrutura do órgão indigenista, o que vai trazer benefícios para os povos indígenas. Para



Comissão Nacional de Política Indigenista
11ª Reunião Ordinária
Dias 9 e 10 de dezembro de 2009

tirar essas dúvidas, das lideranças indígenas nos seus municípios, sugere ao presidente da Funai que chame as organizações, sente com os coordenadores de base, locais, explicando o que foi falado nesta reunião e dando maiores detalhes sobre essas mudanças.

Ak'Jaboro pede para o presidente falar claramente quantas vagas serão destinadas para os indígenas participarem desse concurso, pois esses sim vão ficar perto das aldeias. Muitos já estão preparados para isso. Propõe que a Funai, funcionários em Brasília, agradeçam a ele ou dêem algum prêmio pelo que já fez.

Francisca Pareci afirmou que se preocupou muito com uma carta que foi enviada pela Associação dos Servidores da Funai, que de fato têm muito interesse de participar de um debate democrático sobre a reestruturação, e são pessoas comprometidas com a questão indígena, perguntando se há um grupo da direção que está discutindo a reestruturação que pudesse conversar com os servidores. Levantou ainda a preocupação das bases no sentido de que haverá o desaparecimento de várias administrações. Sobre a Ansef, afirmou que foram colocados com coerência os pontos com os quais concordam e discordam e demandando uma participação nesse processo, pedindo ao presidente que se sente e converse com eles e com as bases, até para evitar a desinformação e as fofocas.

Paulo Pankararu afirmou que quando se adota alguma medida nesse processo de consulta é preciso ter clareza que o governo tem um modo de se organizar, apesar de que vem se aperfeiçoando, que é um modo próprio que está previsto na Constituição. Que quando uma entidade está se organizando há um limite próprio, um rito que é próprio do Estado e deve ser observado, e a consulta é um canal para atender as demandas dos povos indígenas. A forma como se escreve o decreto cabe ao presidente, mas as ações são as demandas dos povos indígenas e devem ser atendidas nessa proposta. Dentro do que têm trabalhado na questão da gestão participativa, esperam que venha a se concretizar a proposta de participação e é um desafio do movimento indígena que isso venha a acontecer dentro das organizações. Muitas vezes se depara com demandas que de fato cabe ao movimento indígena resolver, caso contrário o governo não tem condições de atender tudo. E se governo for fazer reuniões para decidir todas as questões não vai conseguir cumprir prazos, sendo que tudo tem o seu tempo.

Anastácio Peralta agradeceu pela fala, porque isso lhes dá munição para discutir melhor a questão. Parabeniza a CNPI pelo apoio e força que deu, a reclamação que fez junto ao presidente Lula, mas que também fica com dúvida quanto à reestruturação, como no caso da Educação, que é um setor onde sempre encontram assessoria, perguntando se vai mesmo continuar, a



Comissão Nacional de Política Indigenista
11ª Reunião Ordinária
Dias 9 e 10 de dezembro de 2009

mesma coisa com a saúde. Pergunta se a Funai continuará dando esse assessoramento, idéias etc.

Saulo Feitosa, do CIMI, disse que entende a apreensão que foi colocada pelos membros da CNPI e também a pressão que tem sido colocada sobre eles, pois ao se instituir a Comissão se criou um espaço para se ter acesso à informação também. E se a direção entendeu que esse processo deveria ser feito sem a participação dos povos indígenas entende também, pois é um contexto conflituoso, mas outra coisa é não apresentar a proposta em si, o que em si próprio gera muita margem para conversas. Desta forma, concorda com a proposta de que se criem mais espaços de diálogo, e assim se amplia o número de pessoas que poderão apoiar a proposta, pois ao não socializar a informação assim também se inviabilizam apoios. Acha importante que as organizações indígenas possam estar dialogando com a direção do órgão, com o grupo que está tratando do assunto.

Henrique, do MDS, justificou a ausência dos membros titular e substituto e afirmou que o assunto reestruturação da Funai não interessa só aos índios, mas também a outros órgãos que trabalham com a questão indígena, pois podem estar sendo criados órgãos que têm relação com as áreas em que esses órgãos trabalham, citando o caso da Promoção Social, da Educação (ao que o presidente informou que essa fofoca que estava havendo de que vai acabar não é verdade). Outra informação que está sendo repassada seria que as vagas do concurso, que são 30 para Brasília, poderão ser transformadas em mais de 60, o que o presidente disse que de fato já está sendo negociado.

Paulo Paiakã pede que a reestruturação seja para melhor, não para dividir povos; pede que os índios da CNPI fiscalizem, está sendo ótima a discussão que está sendo feita, mas devem trabalhar, fiscalizar. Acha que deve mesmo haver mudança, não estão mais na época dos seus pais, quando os índios ajudavam o branco a desmatar, a derrubar a floresta. Isso acabou, hoje é uma nova época; não é mais o governo que vai fazer o trabalho pelo índio e sim eles que devem fazer por si. Então que se faça a reestruturação, mas para melhor, para ajudar as comunidades, lembrando do passado, as doenças, as guerras, extermínios, massacres, e hoje os índios que sabem o português devem ajudar os povos indígenas, acompanhar tudo o que acontece, ajudar o governo, para cuidar bem dos povos indígenas.

Riparidi Xavante disse que na pauta que foi discutida há o tema Kayapó e Xavante e ficou preocupado para saber do que se trata; pede desculpas a Aloysio pelo que aconteceu com ele, que disse ter se devido à manipulação, e que isso vai continuar, mas que ao mesmo tempo que pede desculpas deve saber que os servidores indígenas manipulam os indígenas, estão sendo pagos para



Comissão Nacional de Política Indigenista
11ª Reunião Ordinária
Dias 9 e 10 de dezembro de 2009

manipular, para dar uma cesta básica, para falar mal da CNPI, sendo que a maior parte dos índios nem sabe o que é a CNPI. Então pede que tenham uma melhor oportunidade de saber o que é a CNPI, que expliquem melhor. Citou o caso de um parente que morreu recentemente, que estava muito doente e pediram para não ir para a Funai, mas ele insistiu dizendo que queria ir pela última vez, só que morreu antes de ir e não foi ajudado pelos servidores da Funai para ser levado para o hospital. E pede que não manipulem isso, respeitem a sua dor e luto nesse momento.

Afirmou ainda que os Xavante têm pouco mais de 50 anos de contato, e que essa questão de DAS entre os Xavante é muito complexo, faz parte da estrutura social, inclusive os mais velhos dizem que preferiam que se voltasse à época da ditadura, que as coisas eram melhores naquela época.

Frederico Magalhães afirmou que se sente obrigado a falar devido a sua preocupação com generalizações a respeito da posição dos servidores da FUNAI quanto à reestruturação da FUNAI e porque sempre atuou como presidente da comissão de reestruturação e como um dos representantes dos servidores nas discussões anteriores as últimas gestões da FUNAI sobre o tema.

Fred afirmou ainda que todos os presidentes assim que assumiram a direção do órgão receberam toda a documentação relativa à proposta dos servidores sobre a reestruturação, inclusive o atual Presidente Márcio Meira recebeu a referida proposta durante sua posse na FUNAI, no auditório lotado de servidores e representantes indígenas, com a presença do Ministro da Justiça e autoridades convidadas. E por ocasião do Governo de Transição, 2002/2003, como representante oficial da FUNAI entregou ao Márcio farta documentação sobre o órgão indigenista. Buscam o diálogo justamente para evitar um clima de fofoca, contra-informações e manobras que venham beneficiar setores contrários ao avanço dos direitos indígenas e preocupados em evitar crises após a edição de atos de governo sem a contribuição e o acúmulo dos servidores e representantes indígenas sobre a questão. Esclareceu que a Confederação Democrática dos Servidores Públicos Federais (CONDSEF), representa os sindicatos dos servidores públicos federais, organizados por unidade da federação e que, portanto, é a entidade nacional que tem competência jurídica para representar os servidores da FUNAI. A CONDSEF subscreve todos os documentos dos servidores da FUNAI entregues aos presidentes do órgão e que na pauta de reivindicações entregue ao Márcio Meira está manifestada a posição sobre a participação de representantes eleitos dos servidores no processo de reestruturação da FUNAI.

Há mais de 20 anos os servidores se mobilizam pela reestruturação da FUNAI, inclusive realizando seminários, encontros e outros eventos regionais e nacionais com ampla



Comissão Nacional de Política Indigenista
11ª Reunião Ordinária
Dias 9 e 10 de dezembro de 2009

participação dos servidores e representações indígenas. Afirmando que não são todos os servidores da FUNAI que se manifestam por medo de perderem seus DAS, pois a maioria tem consciência de que o órgão deve ser reestruturado e fortalecido para atender as novas demandas dos povos indígenas, inerentes ao momento atual. Então não se pode generalizar essa visão sobre os servidores e pede que o presidente comente tais afirmativas em sua resposta.

Simone mencionou a informação sobre a coordenação de educação, pois de fato se veiculou que iria acabar, o que gerou muitas dúvidas e questionamentos. Pergunta sobre as regiões conflituosas, regiões de fronteiras ... Glicéria apresentou preocupação sobre a questão da extinção da administração regional à qual seu povo é jurisdicionado, e ainda preocupação com a falta de acompanhamento da Funai na área de educação.

O presidente respondeu a Caboquinho que, sobre o concurso, vai priorizar a ida dos novos funcionários para a ponta, mas que antes vai haver trabalho de capacitação – está sendo montado centro de capacitação e reciclagem para que seja na ponta qualificado, inclusive com a participação indígena. Sobre criar AER onde não existe, uma das preocupações da CNPI desde o começo foi a ausência da Funai em determinadas áreas – e o princípio da proposta é se trabalhar a gestão territorial; atendendo certos critérios vão definir os territórios onde deve haver a presença da Funai – critérios culturais, históricos, de população, onde há ausência, então há possibilidade de surgir unidade nova onde não existe.

Sobre Itanhém, a instalação na região foi feita devido a discussão de longa data, tomou por conta uma leitura da configuração regional. Dentro do território há presença da Funai e os servidores que vão entrar vão reforçar a atuação na ponta. Brasília, sobre Florianópolis, informou que é um outro território, que tem também característica que exige a existência de uma regional para cuidar daquele território – a visão é de gestão territorial. Para Glicéria, disse que nunca apresentou proposta de 11 unidades e sim estão falando em 11 áreas, cada uma composta de regiões em que a Funai vai estar atuando, a divisão em 11 regiões vale para o concurso. Sobre o Ceará, é o mesmo princípio de região, estão incluídos PI, CE RN.

Para Marcos Xucuru, que perguntou sobre o que fazer para quem atua dessa forma, prejudicando o avanço das mudanças, o presidente disse: primeiro é preciso ter consciência do que estamos fazendo, a tranquilidade para seguir fazendo o que tem que ser feito para melhorar a Funai. Se algum servidor age contrariamente ao que está na legislação podem se tomar as medidas legais. Inclusive, aproveitando, informa que na nova proposta está prevista a criação de uma corregedoria, que serve para investigar o que não está de acordo com a lei.



Comissão Nacional de Política Indigenista
11ª Reunião Ordinária
Dias 9 e 10 de dezembro de 2009

Aproveita para dialogar com a fala de Fred, pois de fato não pode generalizar, mas está se referindo a um grupo minoritário, mas que faz muito barulho, que está em todo o lugar, sendo que a maioria dos servidores da Funai tem compromisso com as suas responsabilidades; os poucos que agem dessa forma acabam trazendo consequências para todos os servidores, inclusive se reuniu com a Ansef em várias oportunidades e recebeu todos os documentos com as contribuições sobre a reestruturação, e isso foi levado em conta.

Sobre as vagas para concurso, eles são abertos para todos os brasileiros, e os editais serão divulgados o máximo possível para que possam concorrer em condições de igualdade. Sobre a nota da Ansef, a direção da Funai fez processo de participação interna dos funcionários na discussão interna da reestruturação, do PPA, com os coordenadores gerais e coordenadores de ação, fizeram um planejamento estratégico com a participação de todos os coordenadores, com a orientação de que discutissem com sua equipe, pois o presidente não pode se reunir com todos e foi isso que aconteceu, eles trouxeram proposta para ser considerada, como foi na educação que foi acolhida o máximo possível. Todas as coordenações gerais da Funai vão crescer, as unidades regionais vão crescer, além do chefe vão ter assessor DAS 2, chefe de divisão, DAS 3 e assessores.

Como em todo órgão, houve, há participação – e escutaram a participação indígena, tudo o que foi dito sobre a Funai, como deve ser, em idas a aldeias, etc. Tudo isso foi considerado para se elaborar o desenho institucional mas não há como atender tudo de todo mundo; quem toma a última decisão é o Presidente da República. Um processo desse é feito pelo governo, mas este ouviu; compreende o que Saulo falou, mas não foi que a Funai decidiu não discutir, mas ouvir os servidores como foi falado, mas isso tem um limite não foi uma forma de assembleias grandes, pois se trata de questão que tem relevante conteúdo político e técnico que dificulta isso mas se considerou tudo o que foi colocado pelos representantes indígenas na CNPI. Não há impedimento para estabelecer diálogo com as organizações e possam ainda fazer isso de forma breve e ter contribuições delas, não há óbice nesse sentido.

Para Henrique, de fato estão criando uma coordenação nova, de Promoção Social, vão estar ganhando força para discutir a questão de Educação, Saúde; a atual coordenação de Desenvolvimento Comunitário vai ganhar corpo maior e discutir a questão do etnodesenvolvimento com as comunidades. Para Paiakã, todo o trabalho que estão fazendo é no sentido de que a Funai melhore, possa ter mais eficiência, seu nome seja mais respeitado, pois em alguns lugares ela tem dívidas, não cumpre regras de contratos, de licitação... querem exatamente melhorar, para isso há setores na Funai que deverão sofrer tratamento de choque ou investir mais na cura, pois não vão



Comissão Nacional de Política Indigenista
11ª Reunião Ordinária
Dias 9 e 10 de dezembro de 2009

poder continuar trabalhando como o faz, inclusive com servidores fazendo o que não deve ser feito.

Para Riparidi, foi inclusive agendada reunião com os Kayapó e Xavante para explicar o trabalho da CNPI e do Estatuto, e inclusive pede que Ak'jaboro ajude nesse processo. Registrou a iniciativa de Riparidi de pedir desculpas pelo que foi feito com Aloysio, e aproveita para pedir desculpas pela forma como a Funai vem atuando desde o SPI junto ao povo Xavante, de forma desrespeitosa que levou à situação que se encontra atualmente. Esclarecer que devem ter postura de respeito ao luto em respeito ao que aconteceu com o servidor Xavante que faleceu, que de fato não deveria ter vindo, mas veio e acabou acontecendo essa finalidade. Registra que na estrutura estão considerando a especificidade com o povo Xavante, evitando os erros do passado.

Sobre a Educação, infelizmente quando houve a Conferência algumas pessoas resolveram fazer a fofoca, que se espalhou na conferência, de que estavam acabando com a Coordenação de Educação, e pelo contrário, desde que chegou estão dando apoio, a conferência só saiu devido ao apoio da Funai e portanto não houve ou haverá qualquer perda na Funai com respeito à CGE, pelo contrário, haverá ganho. É um compromisso, que continuar firme, que será feita uma reestruturação que só se conclui no final do mandato; é um processo, que é lento, mas há momentos em que tem que acontecer; embora deva haver um tempo para as pessoas se habituarem... sempre haverá dúvidas, questionamentos, pessoas que vão dizer que saíram ganhando, outras que saíram perdendo, mas estão se esforçando para que a melhora seja geral, para atender de uma forma participativa a política indigenista brasileira.

Voltando do intervalo, foi lida a **aprovada a nova redação da resolução a respeito do infanticídio**, conforme texto abaixo, a propósito do que Lylia sugeriu que a resolução fosse enviada também para todos os membros da Frente Parlamentar Indígena:

Nós, os Membros da Comissão Nacional de Política Indigenista, reunidos no Salão Negro do Ministério da Justiça na XI sessão deste órgão deliberativo, no dia 10 de dezembro de 2009, após extensa análise e prolongado debate sobre os termos do Projeto de Lei n.º 1057/2007 sobre o assim chamado “infanticídio indígena” que tramita no Congresso Nacional, de autoria do deputado Henrique Afonso do estado do Acre, resolvemos:

1) Encaminhar à deputada Janete Pietá, relatora do referido PL, e ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, Deputado Luiz Couto, e, pelo seu intermédio, a todos os legisladores,



Comissão Nacional de Política Indigenista
11ª Reunião Ordinária
Dias 9 e 10 de dezembro de 2009

solicitação de que o mencionado PL seja arquivado definitivamente por entendermos que ele agride os povos indígenas, é discriminatório, promove e divulga uma imagem generalizada, destorcida e nociva da cultura tradicional desses povos, promove uma falsa compreensão da forma em que estes tratam a vida e o bem estar das suas crianças, e induz à crença de que carecem de preceitos próprios capazes de garantir sua proteção.

2) Solicitar ao governo federal que recomende a sua banca de apoio a que posicione pela rejeição do referido projeto.

- Afirmar que os povos indígenas se propõem por todos os meios ao seu alcance a zelar para que suas práticas e costumes concordem com os princípios que regem a legislação internacional e nacional dos Direitos Humanos, assim como a promover e divulgar o conhecimento os princípios e valores contidos nessa legislação entre as sociedades indígenas.

Informe sobre a PNGATI

Passando ao próximo ponto de pauta, relativo a informes sobre a **Política Nacional de Proteção e Gestão Ambiental em Terras Indígenas – PNGATI**, a representante do MMA, Lylia Galetti, informou que, das oficinas previstas, já havia sido realizada até aquele momento a consulta do Nordeste e Leste, que infelizmente não teve a participação esperada, por uma série de fatores. Informou que foram feitas alterações no documento distribuído para todos, intitulado “Documento de Apoio às Consultas Regionais”, levando em consideração sugestões que foram apresentadas na consulta realizada em Recife.

Lylia Galetti informou ainda que foi decidido por desmembrar a consulta que estava prevista para Centro-Oeste, passando a ser, na mesma data de 26 a 29 de janeiro, relativa ao MS e GO, e estando prevista uma outra, apenas para o povo Xavante, com data e local a ser definido. Foi lembrado que a proposta obtida nas consultas, bem como os pontos em que não houver consenso, serão apresentados na CNPI, no final de abril de 2010, cabendo à comissão ratificar as propostas. Paralelamente ao trabalho do GTI, lembrou que há as contribuições do projeto catalisando as terras indígenas para a conservação da biodiversidade no Brasil, que é conhecido como GEF indígena e que é um instrumento de implementação da política, passando a palavra a Marcela Nunes, coordenadora da CGPIMA/Funai, para apresentar algumas questões.

Marcela Nunes sugeriu que a programação da CNPI para 2010 incluía um momento para o fechamento do documento da PNGATI, sugerindo o final de abril ou maio, e ainda coincidindo com o Acampamento Terra Livre, se possível, destacando que estarão prontos para apresentar o



Comissão Nacional de Política Indigenista
11ª Reunião Ordinária
Dias 9 e 10 de dezembro de 2009

documento no final de abril.

Com relação ao GEF, projeto que é o instrumento de implementação da política, afirmou que ele já foi assinado, já foi aprovado e vai ter sua implementação iniciada, a partir de uma reunião do comitê diretor do projeto, integrado pela Funai, que é a agência executiva, recebe a estrutura e executa o projeto, do Ministério do meio ambiente que é parceiro juntamente com a TNC, como observador, PNUD e organizações indígenas. Já havia sido feita a indicação da representação indígena para o acompanhamento, na CNPI, do GEF Indígena, e agora gostariam que fosse feita a indicação da bancada indígena. A primeira reunião está prevista para 8 de janeiro, para discutir o planejamento do GEF, implementação, realização de consultas que precisam ser feitas de instalação dos comitês regionais do projeto. “Precisamos fazer essa reunião no início do ano, quem vai comprar essas passagens e efetivar também tem um tempo, precisa fazer isso agora, antes de fechar seu orçamento. Então, nós queremos aqui ver se vocês ratificam aqueles membros indígenas que já foram indicados, ou se vocês, a bancada indígena, indicam outros, enfim, vão mudar alguns, nós precisamos aqui ter indicação dos representantes indígenas que vão compor o comitê do GEF, que são seis”.

Lylia Galetti complementou informando que talvez nem todo mundo se lembre de quem foram os indicados, sendo que no meio do caminho aqueles representantes que estavam indicados pela CNPI praticamente pararam de participar e foram entrando outros, e talvez seja interessante a bancada indígena verificar se mantém aqueles mesmos nomes, para retomarem o trabalho. Destacou que PNUD é o responsável pelo projeto de cooperação internacional que abriga o projeto GEF; então essa reunião vai ser feita já com o dinheiro do projeto GEF, cabendo ao PNUD providenciar as diárias, passagem, tudo. “E nós sugerimos que fosse uma reunião conjunta, com o GTI e com o comitê do GEF, já que o projeto GEF é um instrumento de implementação da política, é importante que desde o início essa articulação seja bem feita e bem ajustada. Então, se houver alguma dificuldade em saber os nomes, as pessoas, a gente traz isso amanhã cedo, e coloca na mão das lideranças inclusive, se for necessário, as memórias e as listas de presença do comitê do GEF nessa segunda etapa que foi 2007 e principalmente 2008, onde se definiu o projeto mesmo, a elaboração toda dele e o encaminhamento para o comitê do GEF para a aprovação”.

O presidente em exercício, Aloysio Guapindaia, abriu a palavra para perguntas, ao que Caboquinho afirmou que, como um dos coordenadores da APOINME, tem acompanhado pouco essas reuniões, até porque esta deixou de realizar algumas reuniões. Não está certo sobre esses nomes, pois quando souberam já haviam sido feitas as indicações, não conhece as pessoas indicadas; afirma que precisam de um tempo para fazerem consulta a respeito desses nomes na base, ou se a



Comissão Nacional de Política Indigenista
11ª Reunião Ordinária
Dias 9 e 10 de dezembro de 2009

bancada indígena da CNPI gostaria de tomar essa decisão, tendo esse tema sido mencionado apenas uma vez na reunião da APOINME, por Uilton Tuxá.

Lylia Galetti lembrou que quem está organizando a consulta em termos da mobilização dos indígenas são as organizações indígenas regionais. Lembrando que, por uma decisão do GTI, os membros da CNPI são convidados para participar das consultas por meio das suas organizações e quem não foi convidado deve verificar o que está acontecendo.

Élcio Manchinery manifestou-se afirmando que concorda com Caboquinho, e que se “deveria fazer algumas consultas, mas aí colocaria uma outra questão, que seria a partir da aprovação e assinatura do contrato com o PNUD, quem deveria participar das reuniões seria o membro das organizações ao qual o projeto vai ser implementado, porque aí eles estariam acompanhando bem mais de perto no desenvolvimento dos trabalhos”.

Lylia esclareceu que este recurso do GEF que está na mão do PNUD ainda é um recurso para preparação e que agora, com a aprovação do projeto, é que o GEF vai começar a repassar recurso do governo brasileiro para dentro desse projeto de cooperação, sendo que o próprio governo brasileiro tem uma contrapartida significativa, especialmente da Funai, em termos de recursos para a implementação do GEF, que ao mesmo tempo é a implementação da política. O tempo para essa reunião é curto porque o GEF exige um plano de trabalho para poder atender o plano de trabalho anual. Foi acertado com o PNUD: foi feito plano de trabalho simples para respeitar o prazo, mas já acertando que será revisto, e isso num tempo mínimo. E para a reunião de janeiro seria importante manter as indicações que já foram feitas pela CNPI das pessoas que já estão participando, e incluir as novas que estão substituindo outras. E aí sim, modificar ao montar os comitês – deliberativo, regionais, locais da política regional. O interessante neste momento, para a reunião de janeiro, seria manter as pessoas que têm a memória do processo, para que possam construir o plano de trabalho, definir quais as ações vão realizar em 2010, quanto vão gastar no quê etc. No dia seguinte se compromete a trazer as listas para fazerem esses ajustes, mas a orientação é que mantenham a pessoas que já vêm participando e substituam as que não estão indo, e assim não se tenha que iniciar tudo novamente, explicando do que se trata e tal, e possam efetivamente se sentar para trabalhar.

Simone Karipuna afirmou que a Subcomissão de Etnodesenvolvimento está prejudicada nesse processo, pois não conseguiram participar, a subcomissão não se reuniu, e as políticas que estão sendo discutidas no GTI não estão tendo a contribuição da subcomissão, e devem evitar discutir duas políticas paralelas sobre o mesmo tempo. Então pede que se passem essas



Comissão Nacional de Política Indigenista
11ª Reunião Ordinária
Dias 9 e 10 de dezembro de 2009

informações, que se passe a lista das pessoas que fazem parte desse trabalho e a bancada indígena possa de fato encaminhar. Até porque há a proposta de um fundo e a subcomissão também tem uma proposta nesse sentido, mas não tem conhecimento da proposta do GTI, ficam indecisos em saber se tratam da mesma coisa ou não, precisam portanto alinhar os pensamentos e as discussões.

Lylia afirmou que deve haver um esforço dos membros da subcomissão, sendo que na última reunião informaram o endereço do site do GTI, que contém tudo o que já foi discutido, e pode ter havido uma falta de comunicação, posto que as organizações indígenas são as organizadoras, no sentido de enviar os convites etc. O texto, até onde já estava elaborado, foi colocado à disposição para se apresentar contribuições, o ministério já indicou uma pessoa e também da Funai, que tem uma coordenação integrando o GTI. Pede a Teresinha que envie a ela um lista contendo os e-mails de todos os membros, para que possa incluí-los na lista de discussão. O fundo é uma discussão que está ainda muito genérica, pois quando se mexe em dinheiro a situação pode até mesmo sair da governabilidade dos dois órgãos que estão coordenando essa questão, qualquer tipo de despesa envolve a discussão no Congresso. Ressaltando que esse tema ainda vai ser mais debatido nas consultas.

Pede que todos realmente acompanhem as discussões, e que apresentem contribuições mesmo que não possam ir às consultas; as primeiras consultas são com povos que têm muito tempo de contato, mas quando se for tratar da Amazônia será um pouco diferente e por isso pede contribuições do pessoal da região, que leiam o documento e apresentem sugestões. Parabeniza a APOINME pela grande presença de jovens e mulheres, nesse ponto está de parabéns, por uma juventude combativa e esclarecida, o que fez com que o processo fosse bem rico.

Marcela Nunes sugeriu que a subcomissão paute a participação em pelo menos uma das consultas, o representante a Funai na subcomissão, Ivan Stibich, é membro do GTI na nova portaria, e poderia participar de uma das próximas consultas e dar os informes. De sua parte, ressaltou que tem dado os informes na Subcomissão de Empreendimentos em Terras Indígenas, e assim sugere que a subcomissão como um todo participe, programe-se para participar de uma ou mais consultas e assim poderá ter mais informações, não só sobre o fundo sobre como todos os aspectos que estão no Estatuto, sobre s quais estão se debruçando para criar a política.

Simone esclareceu que levantou a questão, leu todos os documentos mas ainda ficou com dúvidas, e de fato não só a subcomissão mas toda a bancada deve ficar a par, acompanhar tudo o que está acontecendo.



Comissão Nacional de Política Indigenista
11ª Reunião Ordinária
Dias 9 e 10 de dezembro de 2009

Luiz Titiah disse que participou da consulta no Recife e a participação da APOINME foi muito importante, mas que algumas administrações deixaram a desejar, lideranças acabaram passando necessidades na estrada. Titiah afirmou que devem tomar providências sobre as pessoas que são indicadas e não participam, precisam ver a lista e ter autonomia para tomar decisões e não ficar no prejuízo na próxima reunião, pois não podem assumir a responsabilidade sozinhos, quem é indicado deve sim cumprir com o que é esperado deles. Destacou ainda que a Funai deve agir no sentido de enviar uma carta para as administrações para evitar o que aconteceu na de Recife, onde algumas delegações foram prejudicadas, tendo que viajar dias sem ter recurso para tomar pelo menos um café, por erro da administração.

Lylia concordou que de fato houve alguns problemas, mas lembrando que é preciso parabenizar a parte que coube à Funai na organização do evento, pois a responsável no MMA ficou doente e a Funai assumiu uma grande responsabilidade, o mérito é da Funai por todo o acolhimento, pela alegria, deixando registrado o trabalho da servidora Hilda Araújo, da CGDC, pois o brilhantismo e alegria da consulta se deveu muito a sua dedicação. Inclusive gostaria de registrar que seria muito importante que ela pudesse se dedicar integralmente às consultas porque ela tem várias outras atividades e simbolicamente ela representa todo o esforço da Funai que resultou num encontro excelente.

Marcela pediu desculpas pelos fatos que ocorreram, lembrando que a Funai descentralizou os recursos, mas por questões diversas houve problemas, sendo que a Funai está sofrendo um forte contingenciamento, mas mesmo assim tem privilegiado esse evento e vai até o fim na realização das consultas, agradecendo a também à servidora Hilda simbolicamente em nome das mais de 20 pessoas da Funai que participaram.

Aloysio afirmou que a Funai está se dedicando a atuar num novo conceito de gestão, e a PNGATI é um espelho que a nova estrutura da Funai vai refletir, e que está se dedicando à construção de políticas que permitam o desenvolvimento sustentável dos povos indígenas. Então o conceito de novas estruturas que vão ser colocadas na ponta está alçado nesse conceito de gestão nas pontas, ao contrário do que é hoje, muito centralizada na sede e fraca nas pontas. E se há problemas não é porque não quer colaborar, as coisas somente dão certo porque há pessoas que se dedicam e estão sempre prontas a colaborar. Oportunidade em que fez agradecimento também a Estela Parnes, que Lylia e Aloysio lembraram ter tido participação muito importante na consulta, com Aloysio destacando que a mesma está sempre pronta a colaborar, apesar das mil dificuldades na administração de Recife.



Comissão Nacional de Política Indigenista
11ª Reunião Ordinária
Dias 9 e 10 de dezembro de 2009

Paulino Montejo ressaltou que é preciso ver qual o papel que a CNPI terá nesse processo, e que se tenha cuidado para não prejudicar o Mato Grosso, questionando se permanecia a proposta de fazerem uma oficina preparatória da consulta nessa região que tem tantas dificuldades. Lylia lembrou que houve uma deliberação da coordenação do GTI, no caso da APIB, de fazer uma reunião prévia em Mato Grosso, com as principais organizações e lideranças para organizar a consulta nesse estado, que tem muitos povos, alguns muito numerosos. Porém faz apelo à APOINME e organizações que são responsáveis pela consulta – pois há prazos, e são prazos legais. É muito importante que as lideranças do Mato Grosso nas organizações tenham isso muito claro e definam datas. “Definida essa data da consulta, aí se define a data da preparatória, mas acho que antes de tudo tem que ser definido em algum momento essa data da consulta, porque senão fica difícil para a gente trabalhar, para quem vai custear, no caso o ministério”.

Referindo-se aos Xavante, Riparidi solicita que, para se evitar o que considera que foi um desastre, no tocante à oficina sobre o Estatuto, sejam tratados de forma separada, que se trabalhe na explicação prévia de conceitos, para que quando forem discutir o tema em si possam trabalhar com mais rapidez.

Dia 10 de dezembro – Manhã

Informe sobre a criação da Secretaria de Atendimento à Saúde Indígena

Dando início aos trabalhos deste dia, foi dado informe por parte do convidado Paulo Maldos, da Presidência da República, com relação à criação da **Secretaria de Atendimento à Saúde Indígena**, destacando que este informe será complementado na parte da tarde, pelo representante da Funasa, Antônio Alves. O representante da Presidência da República trouxe informação de que essa questão da secretaria é uma prioridade do governo, têm consciência quanto à premência, à situação lastimável em várias regiões e à necessidade de que o processo vá até o final. Informou que houve reunião muito importante no MPOG, em que puderam resolver situações de cargo, estrutura, e estão trabalhando nos detalhes finais necessários à criação da Secretaria. Sendo que, na reunião, que contou com a participação de Antônio Alves, no detalhe, foi possível superar as diferenças e agora estão chegando ao momento final, em que a equipe do Ministério da Saúde vai formatar a proposta final, como ficou o arranjo enviar para o Ministério do Planejamento, para terem reunião definitiva e encaminhar a sua aprovação. Estão acompanhando, é algo difícil, pois há dificuldades para resolver



Comissão Nacional de Política Indigenista
11ª Reunião Ordinária
Dias 9 e 10 de dezembro de 2009

como fica a questão dos cargos e outros detalhes no que se refere ao acompanhamento à saúde e atendimento às comunidades isoladas. Há bastante consenso sobre como deve ser estruturada a secretaria, e acreditam que no mais breve período possível vão resolver as pendências. Na apresentação de Antonio Alves vai ser explicado, mas já adiantando gostaria de dizer que todo o processo está sendo acompanhado por Gilberto Carvalho e Paulo Maldos e vão chegar até o final.

Antonio Caboquinho perguntou se estão pensando em fazer por decreto ou medida provisória, ao que o Sr. Paulo Maldos explicou que o MPOG está pensando em que se faça por medida provisória, mas ainda será definido. O presidente esclareceu que desde o início pensaram em fazer por medida provisória, pois a criação da secretaria inclui uma série de medidas que só podem ser feitas por lei, e claro há uma série de medidas a ser regulamentadas.

Saulo Feitosa, do CIMI, comentou que a discussão estava sendo mantida quanto a ser projeto de lei ou medida provisória, pois o projeto de lei teria todo o regimento a ser cumprido e a medida provisória é mais rápida. Chiquinha, por sua vez, comentou que, pelo que entende, o representante da Presidência está trazendo uma boa notícia, mas insiste em entender se seria primeiro uma MP e depois projeto de lei. Ao que o Sr. Paulo Maldos explicou que Antonio Alves poderá explicar melhor como está essa discussão, mas pelo que entendeu houve bastante consenso em acelerar esse processo, devido à urgência em várias áreas do país e por isso seria medida provisória.

O presidente Márcio Meira explicou que esse momento foi aberto em caráter de informe, pois à tarde é que será melhor tratado, com a presença de Antonio Alves, que está acompanhando mais de perto o processo. Agradece a Paulo Maldos pela presença e passa para o próximo ponto, que é a apresentação da Subcomissão de Acompanhamento de Empreendimentos em Terras Indígenas.

Subcomissão de acompanhamento de empreendimentos com impactos em terras indígenas

A relatora da subcomissão, Ana Paula Souto Maior, representante da sociedade civil/ISA, explicou que verificaram o que ficou pendente da reunião do Acre – solicitação de audiência com a ministra Dilma Roussef, tendo ficado pendente a data. Prosseguindo no relato do que foi debatido, destacou a proposta de realização de reuniões regionais, com dois objetivos – levantar o que há de empreendimentos e em termos de obras que estão sendo realizadas e não chegam à Funai, por serem desenvolvidos pelos estados, municípios e entidades privadas. A idéia seria fazer em cada



Comissão Nacional de Política Indigenista
11ª Reunião Ordinária
Dias 9 e 10 de dezembro de 2009

região, para fazer esse levantamento, repassar informação para os participantes dos seminários sobre procedimentos, instituições para onde podem encaminhar os problemas que têm.

Ana Paula informou que a secretária executiva da CNPI, Teresinha Maglia, participou da reunião da subcomissão e deu sugestões sobre o que poderiam fazer para encaminhar os seminários: em princípio que definam o número de participantes, locais e indicativos de datas – o que chegaram a fazer e vão informar adiante. Discutiram ainda que, para realizar os seminários, seria importante fazerem reunião para discutir a metodologia, destacando que a idéia é articular as consultas com o banco de dados da Funai; sendo preciso discutir ainda o repasse de dados nas reuniões, como levantar o que existe de empreendimentos e repassar informações sobre o que as lideranças indígenas podem fazer, parceiros.

Nesse sentido, a proposta seria realizar essa reunião preparatória em janeiro de 2010 e em fevereiro a subcomissão fecharia os últimos detalhes. Quanto aos critérios para a escolha das regionais, informou que seria onde há mais empreendimentos e menos informações - Nordeste e Sudeste. Foi apresentada ainda a sugestão de que a CNPI fizesse solicitação a todos os órgãos estaduais de meio ambiente para informar que obras estão fazendo e quais os procedimentos estão adotando para acompanhar os impactos em terras indígenas.

Marcela Nunes informou que foi decidido que o levantamento seria feito junto com as reuniões do GEF e que se trabalharia no levantamento dos empreendimentos e dos passivos. A temática da gestão ambiental e territorial está sendo tratada pela política, pelos procedimentos e regulamentação, isso foi discutido no Nordeste e provavelmente vai aparecer nas demais regiões, afirmou a coordenadora da CGPIMA.

Ana Paula destacou ainda que houve entendimento de se fazer esse levantamento junto com as oficinas da PNGATI, tendo se concluído que não seria possível, pois ficaria muito cansativo para os participantes, haja vista o exemplo da reunião em Recife, que foi precedida pela assembléia da APOINME e ao se chegar à reunião mesmo já estavam todos muito cansados.

A seguir, o presidente submeteu os encaminhamentos da subcomissão à plenária, antes do que Ana Paula comentou que na reunião a Funai informou que está em andamento a discussão sobre a instrução normativa e resolução a ser encaminhada ao Ibama, o que considera como sendo muito importante, pois nesses atos será tratada a questão da consulta prévia dentro do licenciamento ambiental.



Comissão Nacional de Política Indigenista
11ª Reunião Ordinária
Dias 9 e 10 de dezembro de 2009

Encaminhamentos

- Realização de 10 reuniões regionais, com a presença de 100 a 150 participantes, com os seguintes objetivos:

- 1) Levantar o número e características de obras ou empreendimentos que impactam terras indígenas e adicioná-los ao banco de dados da Funai;
- 2) Repassar informações às lideranças e organizações indígenas envolvidas sobre os procedimentos que podem ser adotados e as instituições que podem ser acionadas para resolver os problemas decorrentes de obras ou empreendimentos levantados.

Foi proposto ainda que nos dias 19 a 20 de janeiro de 2010 seja realizada, em Brasília, uma reunião para decidir sobre a metodologia a ser adotada nas reuniões. Em fevereiro, durante as reuniões ordinárias da CNPI, a subcomissão fecharia os últimos detalhes.

Proposta da subcomissão para os locais e datas das reuniões regionais

Fortaleza – 16 a 19 de março (Ceará, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte)

Maceió – 27 a 30 de abril (Pernambuco, Sergipe, Alagoas)

Belo Horizonte – 11 a 14 de maio (Minas Gerais, Bahia, Espírito Santo)

São Sebastião – 25 a 28 de maio (São Paulo e Rio de Janeiro)

Florianópolis – 08 a 11 de junho (Santa Catarina e Paraná)

Porto Alegre – 22 a 25 de junho (Rio Grande do Sul)

Cuiabá – 06 a 09 de julho (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e DF)

Altamira – 20 a 23 de julho (Pará, Amapá, Maranhão, Tocantins)

Porto Velho – 03 a 06 de agosto (Rondônia e Acre)

Boa Vista – 17 a 20 de agosto (Amazonas e Roraima)

Em prosseguimento, foram feitas considerações às propostas da subcomissão, ao que Teresinha Maglia expressou preocupação com a distribuição dos participantes; Chiquinha questionou a idéia de juntar Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, afirmando que são 42 povos no Mato Grosso e estes não vão aceitar trabalhar da forma proposta, até porque os Xavante e Kayapó vão exigir trabalhar separadamente, sendo conhecida a dificuldade que foi a realização da oficina sobre o



Comissão Nacional de Política Indigenista
11ª Reunião Ordinária
Dias 9 e 10 de dezembro de 2009

Estatuto, embora não proceda a informação de que não houve discussão, porque apesar das dificuldades a oficina alcançou os seus objetivos; Kohalue questionou a razão de se propor a realizar uma oficina em Altamira, ao invés de ser feita em uma capital, pois em termos logísticos seria bem mais fácil. A propósito do que Ana Paula afirmou que a idéia é fazer perto de onde se localizam os empreendimentos, com o presidente comentando que é preciso considerar a questão dos custos, já que aumentam consideravelmente quando se realizam eventos no interior do país.

Sem outras ressalvas, **o presidente aprovou a proposta da subcomissão com relação aos seminários regionais**, atendendo no entanto as seguintes propostas de mudança: que seja realizada um seminário em Belém (reunindo Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins); que sejam acatadas as sugestões de Chiquinha, com relação à separação do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, inclusive considerando a especificidade dos índios Xavante, Kayapó e do Xingu; que seja substituído São Sebastião por Bertioga.

Com relação aos números de participantes, o assunto deverá ser discutido em janeiro. No que se refere à proposta de audiência com a ministra da Casa Civil, o presidente informou que foi encaminhada solicitação nesse sentido e houve indicativo positivo, entretanto até o momento não foi possível fechar uma data. A propósito, solicitou ao representante da Presidência da República, Paulo Maldos, que se encontrava presente, que viesse a auxiliar na realização dessa audiência.

Subcomissão de Justiça, Segurança e Cidadania

Dando início ao relato sobre a reunião da subcomissão, o relator, Saulo Feitosa, do CIMI, tratou inicialmente com relação à questão Cinta Larga, informando que em Rio Branco a CNPI recebeu comitiva dos Cinta Larga, tendo ficado acertada uma visita à região. Nesse sentido, foram marcadas duas datas, mas houve dificuldade de agenda por parte de várias pessoas; a comunidade criou muita expectativa com a visita, entendendo que o presidente também iria, e assim se decidiu deixar para 2010, ampliando a comissão de forma a incluir não só os membros da Subcomissão de Etnodesenvolvimento e de Justiça, Segurança e Cidadania, mas também um representante da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, da 6ª Câmara do Ministério Público, sendo que a Dra. Deborah Duprat se prontificou a ir, o representante da Presidência - Paulo Maldos e o presidente da CNPI. Ressaltando que, caso não possam ficar todos os dias, faz-se necessário agendar uma data específica para que todos estejam presentes, definindo como indicativo de data de 1 a 4 de março de 2010.



Comissão Nacional de Política Indigenista
11ª Reunião Ordinária
Dias 9 e 10 de dezembro de 2009

Para realizar a reunião, entendem que devem ter acesso a algumas informações, diante do que solicitaram ao Doutor Salmeirão e este ficou de apresentar um relatório preliminar na próxima reunião, classificando também os tipos de processos; acham importante terem acesso às atas produzidas pelo GT que vem atuando junto aos Cinta Larga, no qual seja informado o que vem acontecendo, procedimentos adotados, resultados obtidos, entre outras informações. Solicitam ainda que seja informado o que existe hoje na área de etnodesenvolvimento, o que já vem sendo implantado, pois a comunidade vem requerendo ações nessa área como alternativa econômica. Ao que o relator avaliou que o adiamento trouxe a oportunidade de terem acesso a essas informações.

Prosseguindo, o relator informou que uma outra questão que não chegaram a discutir foi uma portaria recente do Ministério da Justiça autorizando a ida da Força Nacional para os Cinta Larga, sobre o que precisam ter mais informação.

Passando a um outro tema, relacionado ao Mato Grosso do Sul, Anastácio Peralta informou sobre o desaparecimento dos dois professores Guarani no município de Paranhos, sendo que um dos corpos já foi identificado, mas a perícia feita foi insuficiente para se concluir sobre a causa da morte. O procurador da Funai, Dr. Salmeirão, informou que estará sendo feito pedido de possível exumação, que será feita caso necessário, para complementar as informações já obtidas, pois o que há não permite identificar a *causa mortis*. Quanto ao outro indígena desaparecido, Anastácio informou que as buscas foram paralisadas e a comunidade reivindica que prossigam. É importante que a CNPI solicite informações da política quanto aos dois desaparecidos; há um problema porque esse conflito foi em região de fronteira, sendo que entre os agressores da comunidade havia também paraguaios quando houve o desaparecimento, o que faz necessário diálogo com Ministério de Relações Exteriores e com a polícia paraguaia.

Anastácio Peralta solicitou que se tente fazer conversa com os índios da fronteira, porque estão sem paciência, acham que se entrarem na terra, invadirem, isso vai resolver. Propõe conversa para explicar à comunidade que precisam aguardar o estudo para que possam tentar resolver, pois estão impacientes e não estão se importando se vão enfrentar pistoleiros e podem até mesmo vir a morrer. Destacou ainda que agora não se está perseguindo apenas as lideranças e caciques, mas também os professores, vereadores; hoje matam os indígenas, mas logo vão passar a perseguir os parceiros, como procuradores e outros que os apóiam, pois é muito fácil fugir para o Paraguai e ficar impunes. Nesse sentido, pede o apoio da CNPI, pois estavam sofrendo com a falta da terra, o suicídio e agora estão sendo mortos à bala mesmo, a mídia é contra, a sociedade, todos são contra, a vida não tem valor tanto quanto os bois, a soja e a cana de açúcar e precisam mostrar que a



Comissão Nacional de Política Indigenista
11ª Reunião Ordinária
Dias 9 e 10 de dezembro de 2009

vida humana também é importante.

O Coronel Eustáquio, do Ministério da Defesa, afirmou que o que foi dito por Anastácio é muito importante, pois os indígenas precisam ser esclarecidos sobre a situação; até porque segundo foi informado a Administração Regional da Funai na região estava com problemas e não sabe se as informações estão de fato sendo repassadas para a comunidade. É preciso deixar claro que o uso da força, se necessário, é prerrogativa do governo, e as autoridades, a Funai, deve repassar essas informações sobre o que está sendo feito para garantir os direitos indígenas, pois a dúvida provoca inquietação e os leva a tentar agir por seus próprios meios. É preciso trazer alguém, incluir a presença a participação da Polícia Federal para informar o que está sendo feito.

Saulo Feitosa destacou o terceiro ponto da pauta – o comitê gestor, ou melhor, a paralisação da atuação do comitê gestor, afirmando que havia a compreensão de que teria havido entendimento entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Funai de que este passaria a ser coordenado pela Funai, mas ficou parado e isso corrobora essa atuação, pois os indígenas deixam de ter o apoio que estavam recebendo. Diante do que se espera que a Funai e o Ministério da Justiça possam assumir logo essa coordenação.

Com a palavra, o presidente Márcio Meira esclareceu, quanto aos encaminhamentos das ações de identificação, que os GTs estão em campo nesse momento, a Polícia Federal está acompanhando os trabalhos; a Funai em Dourados foi ocupada, mas conseguiram aliviar um pouco o cerco. Os trabalhos dos grupos estavam sendo parados por pressão dos setores contrários aos estudos, de forma que agora estão sendo acompanhados pela Polícia Federal e estão sendo feitos. Foi solicitado, em conjunto com o Ministério Público, e o Ministério da Justiça determinou a ida a campo da Força Nacional de Segurança, que está se preparando para entrar na área nos próximos dias. Ressaltando que a ida dela não tem como objetivo acompanhar os GTs, mas sim apoiar o trabalho da Funai na área que está sendo impedida por aquelas pessoas que não querem, por exemplo, que sejam entregues as cestas básicas, e vão garantir a segurança disso, entre outras.

O presidente afirmou concordar que é importante que a informação seja dada às comunidades para que não impulsionem a ocupação, pois a Funai está agindo para que os trabalhos de identificação se concluam o quanto antes. Devem ver como fazer a conversa - se a equipe da Funai vai e dá explicação sobre isso ou qual outra forma. Sobre as medidas relacionadas aos dois professores desaparecidos, quem está cuidando disso é o procurador geral da Funai.

Outro informe dado pelo presidente disse respeito às pressões que existem sobre a administração em Dourados, pedindo a exoneração da administradora, ao que estão respondendo que



Comissão Nacional de Política Indigenista
11ª Reunião Ordinária
Dias 9 e 10 de dezembro de 2009

não vão fazer mudanças devido a esse tipo de mobilização, o Estado tem a prerrogativa de decidir isso. Sobre a questão do comitê gestor, de fato a passagem do MDS para a Funai está em transição já há algum tempo, e precisam finalizar isso. Há dificuldade de pessoal na Funai, mas concorda que precisam dar encaminhamento à questão e pede que Aloysio Guapindaia informe melhor.

O diretor de Assistência da Funai, Aloysio Guapindaia, afirmou que as informações são basicamente essas, reforçando as dificuldades que a Funai de Dourados tem tido para realizar suas atividades – há um grupo acampado na praça em frente à AER, reivindicando a exoneração da administradora, impedindo as pessoas de trabalhar, de forma que não se consegue nem sequer retirar os alimentos dos depósitos para distribuir as cestas básicas, se o caminhão sai é impedido de seguir viagem, é interceptado. Por isso a Força Nacional vai apoiar, pois se não distribuem os alimentos vão ter crianças desnutridas, pessoas passando fome e outros problemas, sendo que não conseguem resolver a questão do acampamento.

O diretor destacou, porém que vão continuar fazendo esse trabalho. No fundo esse movimento político tem mais em jogo do que a troca da administradora, que consideram que está fazendo trabalho com as orientações políticas de Brasília, e sim estão se colocando contrários aos trabalhos que estão sendo feitos pela demarcação das terras indígenas na região.

Antonio Caboquinho comentou que já estão tratando da questão a violência desde o início da discussão na CNPI e se pergunta a quem podem recorrer para obter ajuda nessa luta, se à a Polícia Federal ou outro órgão. Anastácio Peralta pede que seja incluído indígena no comitê gestor e ainda que possa haver uma espécie de intervenção federal no estado, pelo menos enquanto são feitos os estudos.

O representante da Presidência da República, Paulo Maldos, afirmou que o gabinete vem acompanhando de perto a situação no Mato Grosso do Sul e ele próprio participou de várias reuniões, mas os setores que são contrários à regularização colocam muitos obstáculos para que se lide com a situação, são feitos acordos e em seguida são quebrados; é testemunha dos esforços da Funai, e mais uma vez os GTs estão em campo, a Força Nacional vai entrar em campo e acreditam que a demarcação e homologação é muito importante, pois só esse trabalho vai garantir que isso se resolva, há o exemplo de Raposa e só a conclusão dos trabalhos antropológicos e demais fases podem garantir que se chegue até o final. Concorda com a importância de se repassar para as comunidades as informações, que os índios se resguardem em seu direito à vida, mantenham-se mobilizados, mas não colocando a sua vista em risco.



Comissão Nacional de Política Indigenista
11ª Reunião Ordinária
Dias 9 e 10 de dezembro de 2009

Acredita que é preciso quebrar toda uma campanha que tem sido feita, que veicula informações incorretas, sobre o tamanho das terras, sobre a idéia de que se vai inviabilizar a vida econômica no estado, ameaçar a economia regional etc., ações essas que apenas servem para tornar o processo mais tenso e agudo. Contexto este em que se destaca a campanha “Guarani pela Vida”, que está sendo feita pela Funai e que pode ser usada como oportunidade para esclarecer à comunidade. Lembrando que tudo isso só serve para tornar mais intenso o preconceito contra os índios, uma carga que é muito forte no poder local, principalmente por parte dos grandes produtores de grãos, de forma que não pode só a Funai, com a força policial, realizar essa tarefa, mas também deve haver uma espécie de campanha para se lidar com essa grave situação regional.

O presidente afirmou que, com relação às medidas que o Estado deve tomar para coibir essa violência, em vários momentos em 2009 foram tomadas medidas, como na Bahia, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, nos Cinta Larga e que foram inclusive aprovadas na CNPI. Houve visita à Bahia, a mudança do procurador do estado, onde há reação muito forte dos proprietários e fazendeiros, inclusive em Brasília – manifestação na Câmara dos Deputados, em que a Funai teve de fazer enfrentamento com os fazendeiros envolvidos com a questão Tupinambá.

No Mato Grosso do Sul, na prática está havendo uma intervenção, pois está presente a Polícia Federal e a Força Nacional também está se mobilizando. Tentaram o diálogo institucional com o governo do Mato Grosso do Sul e fazendeiros, houve várias reuniões em separado com a Farmasul, organização dos fazendeiros, com o governo do estado, indígenas, mas não foi possível acordo, não por causa dos índios e sim dos demais, pois quando concluíram a forma como deveria ser feito o trabalho, a Farmasul entrou na justiça, rompendo o acordo. E então a Funai também entrou na justiça, venceu e agora está sendo realizado o trabalho pelos GTs. De fato só o Estado tem o monopólio da força, está agindo, mas mesmo assim há violência.

No caso de Rondônia, estão com um grupo contratado para tomar medidas – inclusive sugere que na comissão que fará visita à região seja incluído o grupo contratado pela Funai, coordenado por Gilberto Azanha, de forma que além de ser inserido nos trabalhos possa também informar sobre o que já está sendo feito. Até porque estão em andamento várias ações. Em 2010 ainda terão muitas reações e devem ter a força do Estado para garantir o cumprimento da lei.



Encaminhamentos

Como encaminhamento, foi aprovada proposta do presidente Márcio Meira no sentido de que, **no dia 17 ou 18 de dezembro**, quando está prevista a inauguração da casa de reza Guarani, construída pelo governo federal em parceria com o Ministério da cultura, **que se conte com a presença de um representante da Funai, que deverá aproveitar a oportunidade para dar explicações sobre o que está sendo feito com relação à regularização fundiária na região**, para que os índios se mantenham mobilizados, no caso, para acompanhar os trabalhos da Funai, da Polícia Federal e da Força Nacional, e não colocando em risco a sua própria vida.

A propósito, Saulo Feitosa destacou que em uma outra ocasião a Funai tomou iniciativa semelhante, ao convidar um grupo de lideranças a Brasília para dar esclarecimentos, os quais foram também ao Ministério Público, medida esta que surtiu efeito.

Henrique Cavaleiro solicitou a palavra para tratar a respeito dos Cinta Larga, informando que Saulo havia solicitado levantamento sobre ações que estão sendo feitas no Ministério do Desenvolvimento Social voltadas para este povo, informando que está sendo iniciada atividade de fomento em 5 aldeias, por meio da Carteira Indígena, e cujo objetivo é incentivar alternativa que os afaste do garimpo, projeto este que está sendo efetivamente desenvolvido.

Sobre o comitê gestor, Henrique afirmou que o presidente Lula assinou a criação do GT, motivado inicialmente pela questão do problema com segurança alimentar, tendo se reunido 15 órgãos do governo, entre os quais o MDS, a Funai e a Secretaria de Direitos Humanos foram os que atuaram efetivamente, ressaltando que a escolha de não terem representação indígena foi uma decisão das próprias organizações indígenas. Sendo que um ano e meio depois o MDS decidiu que não caberia a ele coordenar o comitê, pois o escopo do mesmo extrapolava o campo de atuação do comitê, que deveria ser encabeçado pela Funai ou pelo Ministério da Justiça. O decreto ficou parado, caiu no esquecimento, e recentemente o presidente foi ao Ministério e assuntos que estavam pendentes foram resgatados, foram enviadas novas cópias dos documentos e agora estão no aguardo de uma definição. Destacando que o comitê gestor ajudou inclusive a Funai a se reestruturar na ponta, pois tinha o respaldo do comitê para realizar várias ações. Concluindo, informou que toda a documentação está pronta, apenas aguardando que a decisão seja tomada por parte dos órgãos que devem fazê-lo.

O presidente reiterou tudo o que foi dito por Henrique, afirmando que na proposta de reestruturação da Funai a região do Cone Sul será uma das que terá reforço significativo, e inclusive vagas foram reservadas para garantir a atuação forte do Estado na região. **Considera aprovados os**



encaminhamentos da subcomissão com os adendos que foram feitos no decorrer da discussão.

Discussão a propósito das *consultas* às comunidades – o caso da Hidrelétrica de Belo Monte

Com a palavra, Marcos Xucuru fez a seguir comentários sobre a questão da **hidrelétrica de Belo Monte**, envolvendo fatos relativos à sua participação em uma audiência pública, na qual teve de participar enquanto representante da CNPI, tendo em vista a ausência da Funai, ocasião em que foram pedidas explicações sobre a posição da Funai acerca desse empreendimento.

O presidente Márcio Meira esclareceu que a Funai trata os empreendimentos como um todo, que têm impacto direto ou indireto, com um padrão que foi inclusive apresentado à CNPI, relativo a quais são os procedimentos, como a Funai trabalha, como são feitas as idas às comunidades, fazendo junto a elas desde o início do processo de análise em relação aos relatórios de estudo de impacto ambiental. Belo Monte não foge à regra, afirmou o presidente, e na reunião passada foi inclusive informado que esse procedimento está sendo tratado em instrução normativa específica, na qual todos os passos estão sendo padronizados e estabelecidos. No caso de Belo Monte, passou pelo procedimento padrão de *consulta*, que é o termo que está na lei, mas não tem tratamento regulamentar, enquanto que outros órgãos falam em *oitiva*.

Na Funai, prosseguiu o presidente, há um procedimento que consideram de consulta, de diálogo com a comunidade, de explicação sobre o que é o empreendimento, para emitirem parecer. Pede a Marcela que informe o que foi feito no caso de Belo Monte, deixando claro que a Funai tem o papel de emitir parecer como *órgão interveniente*, mas que o *órgão licenciador* é o Ibama; se o empreendimento provoca impactos, cabe à Funai alertar em seus pareceres, inclusive indicar quais as medidas de compensação ambiental e sócio-ambiental, mitigadoras devem ser adotadas, e se for dentro da terra indígena há procedimentos definidos.

Ressalta que, quando foi divulgado que a Funai “aprovou Belo Monte”, cabe esclarecer que ela não aprova empreendimento, e sim emite parecer e elabora o termo de referência sobre o qual o empreendimento é feito, o que também é feito a partir de diálogo com as comunidades indígenas afetadas. E colocam sempre que os estudos sejam feitos por profissionais indicados por essas comunidades. Houve uma “inflação” no papel da Funai, como se ela estivesse aprovando, e inclusive colocou vários condicionantes e medidas que devem ser tomadas antes do processo de licenciamento, por exemplo que o projeto da Eletrobrás fosse modificado, tendo como condicionante



Comissão Nacional de Política Indigenista
11ª Reunião Ordinária
Dias 9 e 10 de dezembro de 2009

prévio que não fossem feitos quaisquer barramentos no rio Xingu a montante de Altamira. Onde participou diretamente Ak'jaboro, como representante dos Kayapó na CNPI, devido ao fato ocorrido com o engenheiro da Eletrobrás. Foi acordado previamente que as barragens a montante do rio Xingu fossem excluídos, o que foi discutido no Conselho Nacional de Política Energética, que aprovou e publicou decisão no sentido de que esses barramentos fossem suspensos a montante do rio Xingu.

Isso demonstra o cuidado e atenção que a Funai, inclusive com a participação indígena – de Ak'jaboro, teve com as idas às comunidades, amplas explicações com relação aos empreendimentos. Sempre acompanham os empreendimentos, todos. Destacando que nessa audiência pública em especial a Funai não estava presente, devido à ausência do presidente em Brasília nesse dia, sendo que no dia seguinte houve audiência no Senado em que o presidente esteve presente e deu todos os esclarecimentos.

Marcela Nunes, coordenadora da Coordenação Geral de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente da Funai, falou a seguir, dando informações que estão presentes no parecer técnico que foi enviado ao Ibama, que divulgou em sua página, e estão disponíveis para toda a sociedade. Marcela afirmou que desde 2006 vêm trabalhando com Belo Monte, em 2006 foi a primeira vistoria da Funai, com o Ibama, na área, ocasião em que foi feita visita para orientar todos os estudos que seriam feitos. E definiram então todos os estudos. Em 2007 iniciaram os processos de consulta, que é um procedimento que vem sendo adotado, vem sendo feito desde o início, para apresentar o empreendimento, a partir do que é emitido o TR, apresentado o resultado dos estudos, e se é considerado viável são apresentados os planos de trabalho. Foram feitas mais de 30 reuniões na região, sendo que as primeiras reuniões foram de comunicação, para iniciar o processo, informar o que ia acontecer e apresentar o projeto. Foi feita uma série de reuniões e depois realizaram reuniões nas aldeias para apresentar o que seria feito em termos de estudos, equipe contratada, e depois a realização dos estudos.

Houve várias reuniões inclusive com os índios citadinos, para fazer todo o procedimento de consulta, tentando cumprir o que dispõe a Convenção 169 e o que consta no decreto de Belo Monte, quanto a se consultar as comunidades. Marcela afirmou que em sua opinião a Funai fez o seu trabalho, no sentido de fazer o processo de consulta e comunicação. Quanto ao parecer, está explícito quais foram os critérios para definir as áreas de influência direta e indireta, condensaram todas as informações e colocaram no parecer, que se debruça sobre uma série de aspectos, inclusive o que cabe ao Ibama em termos de responsabilidades, sobre os pontos críticos que foram levantados no decorrer dos estudos. Assim como no parecer analisam e se manifestam sobre as medidas de



Comissão Nacional de Política Indigenista
11ª Reunião Ordinária
Dias 9 e 10 de dezembro de 2009

mitigação que são propostas, pois devem se debruçar sobre todos os aspectos. Enfim, todas as consultas foram gravadas, e estão à disposição de quem queira conferir, todo o processo foi registrado desde o início.

O representante da Presidência da República, Paulo Maldos, afirmou que esse é outro processo que vem sendo acompanhado pelo Gabinete da Presidência, o que vem sendo feito por ele próprio, desde abril, tendo inclusive organizado reunião do presidente Lula com representantes da região, de onde se tirou a decisão de dar continuidade do diálogo, de se tratar de questões críticas do projeto etc. Esteve presente na audiência pública citada por Marcos Xucuru, na qual participou o Gabinete pessoal, o Ministério do Desenvolvimento Social, o Instituto Chico Mendes, e se tratou de um dia inteiro de escuta das comunidades, destacando que é testemunha dos trabalhos da Funai.

O Sr. Paulo Maldos ressaltou que este é um processo que ainda vai ter bastante continuidade, o Instituto Chico Mendes ia à região fazer levantamento espeleológico, sob o aspecto antropológico e simbólico das cavernas para os índios, e inclusive solicitaram aos povos indígenas da região que indicassem a localização das cavernas. É um projeto com uma série de questões ambientais, antropológicas, econômicas, energéticas, com implicações para o país, e é importante a CNPI dar atenção a esse assunto, a todas essas dimensões, a seu significado para a região, para o país, para a concepção do que é energia limpa.

Marcos Xucuru afirmou a seguir que lhe chama atenção o fato de que a Constituição determina algumas coisas que não são cumpridas, como a regulamentação do relevante interesse da União, que é um assunto que já vem sendo cobrado na CNPI há muito tempo, perguntando por que não é aprovado. Sendo que esta regulamentação seria importante até mesmo para que possam traçar as consultas, ressaltando que não está claro para os povos indígenas como são feitas essas consultas. Marcos ressaltou ainda que gostariam inclusive de conversar com a ministra Dilma sobre os empreendimentos que são de fato de relevante interessante da União.

Francisca Paresi afirmou que concorda com Marcos, quanto a essa dúvida sobre as consultas, pois não está claro o que é reunião e o que é consulta; que Deborah Duprat poderia estar presente, pois participou da audiência à qual se referiu Marcos, pois a CNPI foi citada várias vezes nesta ocasião. Frisando ainda que as comunidades devem estar a par do que está acontecendo, para que de fato possam, a partir de agora, saber qual foi o resultado, o que foi colocado nas atas das consultas, quem se colocou favoravelmente ou contrário, se houve consenso. Pois há uma série de cobranças no sentido de que é a CNPI que vai resolver a situação, o que está se tornando um problema



Comissão Nacional de Política Indigenista
11ª Reunião Ordinária
Dias 9 e 10 de dezembro de 2009

muito difícil para os membros da comissão.

Ak'Jaboro discordou da fala de Marcela no sentido de que Belo Monte foi muito discutida com as comunidades, afirmando que isso não aconteceu, que tentou discutir essa questão em várias oportunidades mas não teve sucesso. Afirmou que não foram consultados e se começar problema sério com o início do empreendimento não vai assumir sozinho essas responsabilidades.

A seguir foi cedida a palavra ao indígena Paulinho Paiakã, o qual falou longamente sobre a sua luta contra empreendimentos que prejudicam os povos indígenas, concluindo com a afirmação de que os Kayapó de fato não foram consultados, não concordaram com esse empreendimento.

Ana Paula Souto Maior, do ISA, afirmou que é bastante adequada essa discussão, sendo que, no entender do ISA, não só em Belo Monte, mas em outros muitos casos a consulta não está sendo realizada. A seu ver, o papel da Funai de informar está se confundindo com o processo de consulta, está havendo um esforço muito grande para informar sobre os procedimentos e empreendimentos, mas que isso não é consulta, não há ata com os participantes de posicionando sobre os empreendimentos. É preciso esclarecer e diferenciar essas duas coisas, o que tem trazido consequências graves para os povos indígenas, que não estão de fato sendo considerados; esses esforços estão sendo somente no sentido de informação e não podem ser considerados consultas. Sendo que trazem consequências graves, e por isso é preciso aprofundar essa questão, não pode ser apenas um momento de discussão e sim se deve sair com algum encaminhamento concreto.

Prosseguindo, Ana Paula afirmou que é preciso decidir sobre isso, tomar uma posição com relação a essa questão, sendo que o trabalho que tem sido feito hoje pela Funai é muito importante, o órgão tem um papel muito importante, mas isso não é consulta. A Funai não pode dizer, ao se manifestar perante o órgão licenciador, que fez consulta, pois isso não está acontecendo. Na própria resolução que está sendo encaminhada ao Conama deve se esclarecer, diferenciar esses procedimentos; a CNPI deve se manifestar sobre como deve ser feito o processo de consulta e nesse sentido cobra que a comissão delibere sobre esse assunto, considerando que na CNPI há membros de vários órgãos de governo, dos indígenas, da sociedade civil.

O presidente perguntou a seguir qual é o encaminhamento proposto por Ana Paula, sendo que já tiraram o encaminhamento da subcomissão que já está aprovado, no sentido de realizarem as reuniões nas regionais, podendo se incluir nas mesmas a discussão sobre esse ponto. Ao que Ana Paula afirmou que os empreendimentos já estão acontecendo e precisam decidir, não é possível esperar.



Élcio Manchyneri destacou que sua preocupação diz respeito ao termo de referência, pois ao emití-lo se está dizendo que há concordância com relação ao empreendimento naquela região. Propõe, portanto, que a subcomissão trabalhe a questão dos procedimentos de consulta, pois assim ficaria mais adequado ao que exige a Convenção 169/OIT.

Anastácio Peralta comentou sobre o conceito de sagrado para os indígenas, perguntando se isso é levado em conta nos estudos. Marcos Tupã também registrou preocupação com relação aos empreendimentos, a forma como é feita a aprovação, o encaminhamento das consultas, pois sempre que os indígenas ouvem falar em empreendimentos ficam preocupados. Ao ouvir falar em consulta prévia e informada, e que é dado andamento aos procedimentos, o empreendedor apresenta o EIA-RIMA, opinando que o papel da Funai deve ser de esclarecer, dar parecer, mas que não pode ter o papel de co-empresendedor. Deve sim ter o papel de ouvir, esclarecer as comunidades afetadas, dentro da legislação, devendo ficar claro qual a posição da comunidade, citando como exemplo o que ocorreu quando da construção do Rodoanel em São Paulo.

O presidente complementou as informações sobre a agenda de trabalho em Belo Monte, destacando que todo o material está gravado, que as atas das reuniões, toda a documentação está disponível para o membro da CNPI que queira consultar. O trabalho que fazem é baseado na Convenção 169/OIT, assim como na Constituição Federal; a Funai levou e leva às comunidades afetadas todas as informações sobre o empreendimento, quais as conseqüências, para que seja respeitado o princípio de levar informação prévia. Há controvérsia jurídica sobre a questão da consulta, divergência na sociedade como um todo, pois não está claro o que é, como deve ser feita, até onde vai, onde começa. Discussão que deve ser feita pelo Congresso, que deve fazer legislação sobre isso, e também sobre a questão do relevante interesse da União, e para tal deve ser cobrado.

Encaminhamentos

Em termos de **encaminhamento**, o presidente propõe **que se faça recomendação/manifestação ao Congresso para que defina o procedimento legal de consulta**, pois a falta de regulamentação está gerando toda essa controvérsia, trata-se de uma lacuna que não é boa para ninguém, nem pra a nação brasileira, portanto deve se definir regra.

Sobre o histórico apresentado por Paulo Paiakã, o presidente afirmou que muita coisa mudou desde a época a que estava se referindo até os dias de hoje, por exemplo, a legislação por de hoje não existia naquela época, quando se vivia o final de um regime militar, que construiu Tucuruí sem que ninguém fosse consultado, a sociedade como um todo, assim como foi em Balbina, na BR63,



Comissão Nacional de Política Indigenista
11ª Reunião Ordinária
Dias 9 e 10 de dezembro de 2009

Itaipu, todos os empreendimentos da época. E de lá para cá foram construídos mecanismos para que os empreendimentos sejam feitos em respeito às comunidades envolvidas, e devem considerar isso para não fazerem juízo dos empreendimentos que são feitos hoje com o olhar que é do passado. E argumenta que Belo Monte é um empreendimento totalmente diferente do que foi por exemplo Cararaô, que teve impacto violento. Devem considerar isso, tanto da parte do governo como da sociedade civil, os quais devem ter serenidade para tratar o tema de forma bastante técnica, cuidadosa, para não ter excesso devido a questões que remontam há 20 anos, o que lhe dá notoriedade ainda maior.

Propõe como **encaminhamento** também **que a subcomissão se debruce sobre a questão da consulta** - a Funai adotou um mecanismo que considera que é adequado, que consiste em levar às comunidades todas as informações de forma antecipada, o qual permite que o parecer aponte o que a comunidade pensa. Exemplo disso é que consta no parecer que a comunidade Kayapó do Kriketum é contra o empreendimento.

A seguir, foi feita uma série de considerações, questionando-se se a Convenção 169/OIT teria status de lei, podendo se evitar portanto que fosse necessário tramitar um projeto de lei que tenha o mesmo conteúdo que consta nela, uma vez que ela já trata do procedimento de consulta. Outro comentário disse respeito ao fato de que não seria necessário remeter essa discussão para a subcomissão, uma vez que na proposta de Estatuto já consta o detalhamento sobre o procedimento de consulta, etapas etc., propondo-se ainda sobre que seja aproveitado o texto contido na proposta de Estatuto aprovado pela CNPI quando da elaboração de regulamento pelo poder Executivo. Foi comentado ainda que existe estudo técnico da Funai fundamentando toda a questão do impacto de Belo Monte, o qual recomenda medidas mitigadoras, ressaltando-se que, para que a CNPI venha a se pronunciar tecnicamente, deve conhecer detalhadamente o parecer, que está no site do Ibama.

A propósito da regulamentação, Marcela Nunes informou que essa discussão começou a ser feita na subcomissão, aproveitando o que consta na Convenção 169, o que foi proposto nas consultas, entre outras. Marcela ressaltou ainda que a CNPI deveria fazer parte do Conselho Nacional de Meio Ambiente, que determina os procedimentos, quando se consulta a Funai, entre outros pontos. Afirmando que a CNPI deve aproveitar que serão realizadas 10 consultas tratando sobre empreendimentos em terras indígenas, sendo que a Funai já tem assento, que vai voltar a ocupar, e a CNPI deve ter o seu também.



Comissão Nacional de Política Indigenista
11ª Reunião Ordinária
Dias 9 e 10 de dezembro de 2009

Ana Paula afirmou que Belo Monte suscita debate porque é a terceira maior hidrelétrica do mundo, e que no estudo o assunto não está totalmente esclarecido, sendo que no próprio estudo se diz que ainda há estudos a fazer, ao que o presidente disse que isso não é obrigação da Funai e sim do MMA... Afirmou ainda a seguir que a Convenção 169/OIT é lei, estabelece que seja feita a consulta e os critérios para isso, no entanto é necessário que seja aprovada lei complementar para tratar especificamente sobre a forma como os povos indígenas devem fazer o usufruto dos recursos naturais presentes nas terras indígenas. Já há leis, como é o caso da própria Convenção 169, que precisam de fato ser aplicadas pelos órgãos do governo que lidam com os empreendimentos. Nesse sentido, para que sejam feitas não é necessária regulamentação, e sim iniciar os processos de consulta. É preciso ver a questão da resolução do Conama, que fala do papel da Funai junto aos índios, pois deve ficar claro o papel da Funai e dos órgãos nesses procedimentos.

Paulo Guimarães esclareceu ainda que é necessário definir por Lei Complementar, que difere do Estatuto, que é Lei Ordinária, o que vão ser os empreendimentos de relevante interesse da União. Há o Projeto de Lei tramitando na Câmara dos Deputados, já passou pelo Senado, e essa regulamentação deve ser feita concomitantemente com a discussão do Estatuto, resultando numa regulamentação mais específica, inclusive sobre as consultas. A Convenção se equipara à lei, não é lei e sim abre caminho para que cada Estado regulamente, pelo legislativo; o capítulo sobre consulta foi remetido a lei ordinária, o que não impede que seja previsto por lei regulamentar.

Encaminhamentos

Em consulta à plenária, ficaram **aprovados os encaminhamentos no sentido de que seja feita manifestação ao Congresso, bem como se remeta à subcomissão a questão a regulamentação dos procedimentos de consulta.**

Antes de concluir o debate sobre os temas relacionados à subcomissão, Marcos Xucuru lembrou a necessidade de se fazer modificação na composição da subcomissão, pois tem havido muitas ausências, inclusive sendo preciso encaminhar a substituição de Jecinaldo Sateré-Mawé e de Sansão Flores, que há muito não têm ido às reuniões. A propósito, a secretária executiva Teresinha Maglia sugere **que Brasília Priprá seja definido como membro efetivo**, ao que não houve manifestação contrária, ficando **aprovada a proposta**. Com relação à substituição dos membros, foi deliberado que o tema será tratado em outra ocasião, devendo se comunicar à COIAB sobre a questão.



Subcomissão de Políticas Públicas, Planejamento, Orçamento e Gestão

Foi informado que, na reunião da subcomissão, deliberaram por adotar a metodologia apresentada pela Coordenadora Geral de Projetos Especiais da Funai, Fabiana Melo, com as modificações sugeridas pelos membros da subcomissão. A proposta envolve a consulta aos órgãos integrantes da CNPI sobre ações relacionadas à questão indígena; propõe matriz a ser preenchida pelos órgãos na busca de informações para a realização de balanço da Agenda Social dos Povos Indígenas e propõe metodologia para a discussão de programação de ações para 2010.

A subcomissão submete a proposta à plenária para discussão, modificação e aprovação, sugerindo reunião com a bancada governamental para pactuar o processo de preenchimentos da matriz que acompanha a proposta, procedendo-se a seguir à apresentação da matriz, feita pela coordenadora da CGPE.

Fabiana Melo explicou que a proposta faz parte de uma ação maior, que inclui várias escalas de negociação e definição de ações, compartilhar gestão, definir formas de participação. A proposta em questão se refere aos órgãos de Brasília e com isso estão trazendo de volta essa pauta para a CNPI, inclusive para se pensar a metodologia. A matriz é um levantamento das ações desenvolvidas pelos diferentes órgãos, e a próxima etapa seria a definição de uma programação, de forma pactuada, inclusive com a participação dos povos indígenas. Citou o exemplo do que já está sendo feito em alguns estados, com os quais se assinou termo de cooperação, com o que serão geradas várias ações.

A tentativa é que a CNPI e a bancada de governo de diferentes órgãos façam o esforço de preencher a matriz; precisam saber o que foi realizado, mais que sobre ações e orçamentos, pois para que possam dar concretude ao processo precisam saber em que território, em que área, em que terras indígenas estão sendo desenvolvidas essas ações. Com isso esperam ter condições de estratificar essas informações, o que já conseguem fazer com alguns órgãos, como MDS, MS, para que assim possam direcionar melhor as ações a serem desenvolvidas. Precisam saber, se for possível, em que terra, região, município estão sendo desenvolvidas essas ações.

A idéia é apresentar em fevereiro o resultado dessas informações, já sistematizadas, vindas dos ministérios.



Comissão Nacional de Política Indigenista
11ª Reunião Ordinária
Dias 9 e 10 de dezembro de 2009

Toya Manchyineri, pede que esse levantamento seja repassado para as organizações indígenas, para que possam usar ao formular seus projetos. Sugere que se inclua não só o levantamento de dados, mas também o resultado final do programa, se deu certo ou não, o que falta implementar e por que não deu certo.

Subcomissão de Educação Escolar Indígena

A relatora da subcomissão fez o relato do discussão empreendida na última reunião, que tratou sobre os seguintes temas:

- 1) Informes gerais do CONEEI;
- 2) Avaliação e repercussão da CONEEI;
- 3) Encaminhamentos dos Territórios Educacionais pós-conferência;
- 4) Seminários regionais sobre os Territórios Educacionais;
- 5) Capítulo da EEI no Estatuto;
- 6) Situação do ensino superior indígena, discussão e proposição;
- 7) Informes sobre o Estatuto dos Povos Indígenas.

Foi informado que houve uma rápida apresentação feita por Gersem Baniwa sobre o processo do PAR Indígena, na qual este informou que apenas 10 estados estão aptos a receber recursos no próximo ano, outros 14 estados vão ficar sem recurso, alguns por estarem inadimplentes, outros porque os estados não solicitaram. Foi informado ainda que as organizações indígenas e indigenistas que submeteram projetos ao edital Projetos Inovadores têm o prazo até 15 de dezembro para realizarem o convênio com o FNDE.

A seguir foram feitas perguntas e comentários pela plenária, tanto sobre a participação na Conferência Nacional como sobre a situação dos indígenas que estão cursando o nível superior na cidade. Ao fim do que Henrique Cavaleiro sugere que se faça recomendação da CNPI sugerindo alteração no decreto que transfere as atribuições da Educação para o Ministério da Educação, modificando-se o trecho em que se lê “ouvida a Funai”, para “com a participação da Funai”, com isso garantindo um regime de gestão compartilhada e não um clima de disputa.

O presidente substituto comentou que, ouvindo a fala de todos, conclui-se que a



Comissão Nacional de Política Indigenista
11ª Reunião Ordinária
Dias 9 e 10 de dezembro de 2009

Conferência Nacional de Educação indígena teve um resultado muito importante; foi uma vitória do movimento, mas desde o início a direção da Funai reconheceu a sua importância e defendeu que fosse realizada. Assim como defende a implantação de um sistema de educação específico, o que supõe a implantação de um sistema maior, pois estão tratando do pacto federativo, que se sabe que não está consolidado em termos de legislação que trate com mais cuidado esse tema. O que é uma luta da sociedade, é uma questão a ser pautada para os governos, para que tenha resultado num curto período de tempo. A educação se insere nesse contexto, apesar dos impasses; esse é o espaço de debate, e o importante é que tenha resultados. O passo seguinte é a capacidade do movimento e do governo de construir entendimento e agenda para se implementar finalmente o pacto federativo. É disso que se trata ou não se vai avançar num processo de pactuação.

Sobre os territórios, compreende o mesmo que Chiquinha, que a proposta dos territórios não é equivocada por si só, pois pode ajudar no processo de pactuação local para se realizar articulações necessárias para experimentar de que o forma o sistema deve ser implementado, o papel de cada um – estados, organizações, governo federal. Os territórios podem ser espaços para exercitar as pactuações, considera que a forma como foi feita a publicação foi de fato complicada, pois se a tentativa é de pactuação, devem pactuar a proposta e a partir daí começar a desenvolvê-la. Considera importante que não trabalhem em cima da proposição apenas – ainda que amarrem os recursos, não estão amarradas as características que devem ter os territórios, os limites, quantidade.

A Funai está trabalhando um novo modelo de gestão da política indigenista na concepção de gestão territorial, que é o que os territórios podem trazer - pactuações, controle social, entre outros aspectos. A CNPI tem que discutir isso com mais cuidado, trazendo agenda política, agenda de pactuação, partir para articulação local para trazer para dentro da discussão do sistema ou subsistema indígena. É um processo complexo e não se realiza rapidamente. Precisam ter agenda bem focada para que as atividades e esforços não se percam em atividades que não vão gerar resultados efetivos. Deve haver entendimento mínimo para partir para ação eficiente, devem decidir, a CNPI, se vão ou não levar adiante a questão dos territórios. Sendo que não há discordância quanto a eles em si, mas pela forma com foi implementado, sem as devidas pactuações.

Sobre o papel da Funai, deve mesmo assumir o papel de acompanhamento, de articulação, de pactuação, para que a estrutura de um novo modelo de gestão possa funcionar, em que a Funai precisa ter um papel importante, o que deve ser feito com cuidado ou o órgão vai se perder no processo. Devem ter cuidado ou não vão avançar na consolidação do sistema.

Deixa como sugestão que, num próximo encontro, discutam esse assunto [dos



territórios etnoeducacionais] com mais cuidado, buscando superar divergências com relação ao posicionamento do governo e também do movimento indígena. Não está tentando convencer de que serão implantados, pois não é porque há um decreto que vão necessariamente se concretizar, a proposta pode se mostrar infrutífera, mas também pode ser interessante. É um processo de construção que pode resultar na implantação de um sistema ou subsistema importante para todos.

O presidente ressaltou que se está em vias de implantar um novo período para o Plano Nacional de Educação; a avaliação foi “comprada” pela Funai na primeira apresentação feita por Maria Helena. E um dos papéis da Funai é ter capacidade de avaliar as políticas, não só na Educação, mas em todas áreas, deve ter esse papel e capacidade de fazer avaliações para fazer correções de rumos. Para o Plano vão propor modificações. O trabalho dos territórios será importante porque precisam ter um corpo legal para implementar o sistema. Propõe que faça discussão mais focada, centrada, com coerência, para que se possa avançar.

Informe sobre a criação da Secretaria de Saúde Indígena

O relator da subcomissão, Edgard Magalhães, solicitou que se iniciasse a apresentação com a leitura da ata da reunião da Subcomissão de Saúde Indígena, ao que foi feita a leitura. Nesta, foi informado que foi feita avaliação geral da situação da saúde indígena no país, havendo uma noção geral entre os representantes indígenas de que, após o anúncio da intenção de transferência da saúde indígena da Funasa para o Ministério da Saúde, houve prejuízos e desinformação nos serviços de ponta. Essa situação aponta para a necessidade de que a decisão de governo em termos de mudanças estruturais na saúde indígena realmente aconteça; que seja cobrado do Ministério do Planejamento seu posicionamento sobre a questão.

Como **encaminhamentos**, foi proposto pela subcomissão que:

1) seja submetida ao plenário da CNPI proposta de resolução recomendando ao Ex. senhor Presidente da República: a) adoção de medida provisória para a criação da Secretaria de Atenção à Saúde Indígena no Ministério da Saúde, tendo em vista a urgência e relevância da adoção dessa medida normativa para a efetiva superação dos problemas atuais no atendimento à saúde indígena; b) enfatizar a importância de que seja assegurada a necessária autonomia administrativa e financeira dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, com o funcionamento regular dos Conselhos Locais e Distritais



Comissão Nacional de Política Indigenista
11ª Reunião Ordinária
Dias 9 e 10 de dezembro de 2009

de Saúde Indígena;

2) que a Subcomissão de Saúde da CNPI tente agendar reunião com o Dr. Gilberto Carvalho, Chefe de Gabinete do Presidente Lula, para dialogar sobre o cumprimento por parte do governo dos compromissos relativos à autonomia dos DSEIs.

Passando a palavra ao Secretário Antonio Alves, convidado à reunião para dar esclarecimentos sobre o andamento das mudanças em curso, este cumprimentou a todos e iniciou afirmando que se encontrava mais uma vez nesse fórum da CNPI, assim como foi no fórum do CONSIDI, a fim de colocar o que está acontecendo no âmbito do governo sobre a decisão do ministro da Saúde, em articulação com presidente da República.

Assim, afirmou que, como resultado do GT de saúde indígena, o ministério da Saúde construiu proposta e enviou ao MPOG, na qual se incluía solicitação de autorização para que modificasse a sua estrutura e criasse mais uma secretaria, totalizando 6, passando assim a ter na ponta, como braço, os 34 distritos de saúde. Encaminharam a proposta como forma de medida provisória, como combinado com o ministro, a proposta de criação dos cargos e autonomia dos DSEIs, conforme decreto do presidente assinado em 18 de junho.

Como combinado, discutiram ainda a criação de um plano de cargos para implementar ações, que incluía 4 carreiras e 5 cargos, dentre os quais um destinado à área médica, compreendendo a especificidade indígena e a complexidade, devido às dificuldades relacionadas à contratação, para atuação em locais de difícil acesso, comunicação etc., mais 4 carreiras para assistência e gestão da assistência, e duas de nível médio para apoio a essas áreas. Além da criação de planos encaminharam proposta de criação de gratificações atendendo a especificidade, chegando a adicional de pernoite para as equipes que ficassem nas aldeias, para que pudessem ser acionadas em seu repouso, como se estivessem num plantão avançado.

Encaminharam também outra proposta, que seria a possibilidade da incorporação dos servidores da Funasa que hoje trabalham com a saúde indígena para que fossem redistribuídos para o ministério, um conjunto de ações, incluindo concurso regionalizado, gratificação, entre outras. Outra medida importante para esse tipo de trabalho, como ocorre em algumas áreas da atenção à saúde do SUS tradicional, é a possibilidade de trabalhar com a ampliação do prazo da contratação temporária, que hoje permite contratar por um ano, prorrogável por mais um ano, com intervalo de 4 meses e permitindo a contratação depois. A propósito do que se sugeriu contratar por 4 anos e extinguir o intervalo. Foi proposta ainda a contratação dos AIS e AISAN que se integram à equipe, mas



Comissão Nacional de Política Indigenista
11ª Reunião Ordinária
Dias 9 e 10 de dezembro de 2009

têm a características de serem indicados, de aprovação da comunidade, não podem ser tratados da mesma forma que os admitidos via concurso e demitidos segundo as regras ditadas pela Constituição e outras legislações. Apresentou-se ainda a proposta de criação dos cargos efetivos, visando a preencher 12.500 cargos, incluindo os AISAN.

O ministério fez análise, apresentou contraproposta e voltou a discutir com o Ministério do Planejamento, uma vez que foi ultrapassado o prazo de criar cargos para vigor no ano seguinte; a idéia é aproveitar a proposta dos cargos previstos no projeto de lei e usar na proposta de criação da secretaria especial. E como no PL há um conjunto de cargos muito além do que precisava para reestruturar a secretaria e criar os DSEIs, estão criando alternativa, que será apresentada. Também foi aberta a discussão sobre o Plano de Carreira, tema que está em debate; a Secretaria de Gestão do Planejamento acatou a criação da secretaria, a ampliação da contratação, a não ser o fim do interstício, pois como ele descaracteriza a contratação temporária, que começa e tem um fim, seria permanente e o TCU, Ministério Público ou Ministério Público do Trabalho não aceitariam.

O MPOG ponderou ainda, e estão fechando acordo final, o que significaria a criação de uma carreira específica dentro de uma secretaria ou ministério que já tem uma carreira, pois a Constituição Federal veda a mudança de uma carreira para outra, e seria muito difícil conseguirem trabalhadores para ficarem permanentemente trabalhando em aldeias, pois, criada a carreira ou preenchida, não poderiam sair ou sair só caso se demitissem. A alternativa seria trabalhar com a carreira de Analista em Políticas Sociais, com 4 mil cargos já criados, trabalhar com eles para as atividades meio, atendendo a criação da secretaria e atividades meio nos DSEIs, criar gratificação na perspectiva de futuro para atuar na secretaria. Ficando pendente a questão dos AIS e AISAN, ficando como está até se aprovar a PEC, como feito com os agentes de saúde, que hoje têm forma diferente de seleção, que inclusive é simplificada.

Ficaram de fazer ajustes, encaminhar ao Ministério na próxima semana os detalhamentos e enviar ao presidente da República que deve enviar a Medida Provisória ao Congresso. Ponderaram que quase todas as propostas criando cargo que foram enviadas ao Congresso não tiveram alteração, então se consideram que quem decide se alguma proposta segue via MP ou PL é o presidente; o MPOG sempre envia ao presidente na forma de Projeto de Lei, e avaliam que hoje tem sido mais vantajoso encaminhar projetos desta magnitude para o Congresso via PL, em regime de urgência, com a diferença de que um tem efeito imediato e o outro tem que seguir os trâmites para sua apresentação.

No máximo semana que vem vão encaminhar o que ficou pendente, destacando que



Comissão Nacional de Política Indigenista
11ª Reunião Ordinária
Dias 9 e 10 de dezembro de 2009

a questão tem sido acompanhada pelo Gabinete da Presidência da República, na pessoa de Paulo Maldos e Gilberto Carvalho, que vão estar presente na reunião da próxima semana. Antonio Alves destacou ainda que ficaram animados com as discussões, mas ao se deparar com a burocracia se percebe que a dimensão é muito maior. No entanto, há determinação do Planalto de que isso se resolva o mais rápido possível, e há perspectiva de que entrem 2010 com a tarefa de fazer a transição, construir a autonomia dos DSEIs, para que não sofram mais tantos prejuízos. Há clima generalizado de dificuldades, insegurança, tensão, forças contrárias puxando a questão para trás, mas agora está mais animado, com outro olhar e esperança e veio compartilhar perspectiva positiva. Frisando, finalmente, que há decisão política, o governo está determinado e espera que possam avançar até o fim agora que chegaram até aqui.

Ao final da fala do secretário foram feitas considerações por parte de Ak'Jaboro, Toya Manchinery e Luiz Titiah, entre outros membros indígenas, com relação aos problemas na área de saúde e o papel da Funai diante dessa situação. Ao que o presidente Márcio afirmou que a Funai tem a atribuição de acompanhar, participar do controle social das atividades que são desenvolvidas na área da saúde, e na reestruturação do órgão está prevista a continuidade dessas ações.

Passando aos **encaminhamentos** para a questão, o presidente leu o texto de resolução da CNPI, proposta pela subcomissão com vistas a reforçar a importância da criação da Secretaria e de que seja dotada da infra-estrutura necessária para o seu funcionamento, tendo o **texto da resolução** sido **aprovado sem ressalvas**.

Sobre a proposta de encaminhamento proposta pela Subcomissão de Saúde, no sentido de que a CNPI viabilize a participação de membros da subcomissão na reunião agendada pelo Fórum de Presidentes de Condisi com o Ministro da Saúde, a se realizar no dia 16 próximo, a secretária executiva Teresinha Maglia explicou que a CNPI não dispõe de recursos para isso, nem tem como justificar a permanência dessas pessoas da presente data até o dia 16. Sendo que ainda há o problema do prazo para se pedir passagens. O presidente encaminhou a questão no sentido de que se converse fora da plenária a fim de verificar se algum outro órgão poderia bancar isso.

Subcomissão de Gênero, Infância e Juventude

O relator, Kohalue Carajá, informou sobre a sua participação no Fórum da Juventude, explicando que nesta ocasião foram muito cobrados pelos participantes em geral, sendo que os jovens afirmaram desconhecer totalmente a existência da CNPI. De forma que seria necessário disporem de recursos para trabalhar na articulação política, pois esse é o principal papel dos membros



Comissão Nacional de Política Indigenista
11ª Reunião Ordinária
Dias 9 e 10 de dezembro de 2009

indígenas, que estão sempre sendo acusados de não repassar informações. O que tem resultado em problemas, e inclusive querem até mesmo que venha a ser substituído como representante na Comissão.

Informes

Marcos Xucuru informou que uma comitiva formada por Brasília Priprá, Simone Karipuna e Élcio Manchinery tiveram conversa com o líder do governo no Congresso a respeito do andamento da nova proposta de Estatuto, ocasião que contou com a presença de Eduardo Valverde, que tem se dedicado a essa questão. Marcos avaliou que a visita foi muito positiva, pois se verificou que a bancada teve conversa com o ministro da Justiça e como o presidente Márcio Meira. Foi informado que vão tentar conversar com o presidente para ver se colocam o tema na ordem do dia, talvez na próxima semana, para se criar comissão especial, o que possibilitaria a apresentação de emendas sobre o Estatuto dos Povos Indígenas.

Com relação à criação do Conselho Nacional de Política Indigenista, Marcos informou que o relator está aguardando resposta da parte do governo para alguns questionamentos que foram feitos ao texto do Projeto de Lei. Ao que o presidente afirmou que foram prestadas as informações solicitadas, sendo que a proposta passou por duas comissões e foi aprovada por unanimidade, na terceira foram feitos questionamentos, que foram respondidos em nota técnica. O deputado que atua como relator da comissão concluiu que havia inadequação orçamentária e financeira, diante do que solicitou informação técnica do setor financeiro para demonstrar adequação orçamentária e financeira com a administração.

Teresinha destacou ainda que foi informado que não há problemas orçamentários, pois o orçamento está dentro do PPA, e inclusive abriram mão da criação de um cargo, para secretário executivo, para facilitar o andamento do projeto. Nesse sentido, ficou acertado que, ao ser criado o conselho, vão negociar com o ministro que estiver no cargo no Ministério da Justiça, para que consiga o DAS para o qual deverá ser nomeado o secretário executivo.



Comissão Nacional de Política Indigenista
11ª Reunião Ordinária
Dias 9 e 10 de dezembro de 2009

Encaminhamentos finais

Concluindo a reunião, foram aprovadas as atas da 10ª Reunião Ordinária e da 5ª Reunião Extraordinária da CNPI.

Com relação ao ponto de pauta relativo à agenda da CNPI para 2010, foi **aprovada a proposta de planejamento para 2010 apresentada na pauta**, devendo os eventuais ajustes ser apresentados/informados por e-mail ou telefone.

Foi também **aprovada a realização de reunião extraordinária da CNPI, em abril, em Roraima**, integrando-se à programação das comemorações pela demarcação de Raposa Serra do Sol.